



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BRUNA MORAES GOMES

**ESTUDOS EMERGENTES EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS: A QUESTÃO DA
FELICIDADE.**

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
2018



BRUNA MORAES GOMES

**ESTUDOS EMERGENTES EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS: A QUESTÃO DA
FELICIDADE.**

Trabalho monográfico apresentando ao curso de ciências Econômicas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia como requerimento para a aprovação da disciplina Monografia II.

Orientador: Érico Rodrigo Mineiro Pereira

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

2018

G613e

Gomes, Bruna Moraes.

Estudos emergentes em ciências econômicas: a questão da felicidade. /
Bruna Moraes Gomes, 2018.

57f.

Orientador (a): Érico Rodrigo Mineiro Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referências. F. 49 - 57.

1. Economia e felicidade. 2. Ciências econômicas. 3. Consumo e felicidade. I.
Pereira, Érico Rodrigo Mineiro. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III.

T

CDD: 339.47

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

BRUNA MORAES GOMES

ESTUDOS EMERGENTES EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS: A questão da Felicidade.

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Aprovada em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Érico Rodrigo Mineiro Pereira
Orientador

Marcos Antônio Araújo Longuinhos
Examinador

Ronan Soares dos Santos
Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho nele. Aos meus pais, meu namorado Daniel e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao professor Érico, Pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia. A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia. Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes. Fica aqui o meu muito obrigado a cada um de vocês.

RESUMO

Uma das maiores fontes motivacionais que os seres humanos possuem é sentir-se bem, estar feliz. Felicidade sempre foi tema de grande interesse filosófico. Nas últimas três décadas este tema adentrou de maneira mais profunda na Ciência Econômica. Evidências para isso são encontradas no desenvolvimento por economistas de técnicas para captar a satisfação com a vida, as emoções, o sentimento e a autoestima social por parte de relatos de indivíduos. As pesquisas são realizadas em centenas de milhares de indivíduos entre países e continentes. Apesar dos empenhos para decifrar a felicidade humana, ainda não se encontraram respostas unânimes para as questões que a norteiam. O objetivo é averiguar dentro da literatura já consagrada os fatores econômicos e não econômicos que estão por traz da felicidade. A discussão da temática nesta monografia permitiu visualizar a relação entre Produto Interno Bruto (PIB), Emprego, Consumo, Família, Instituições e Questões Urbanas com a Felicidade. Neste sentido, se estabelecem relações entre as emoções, a satisfação, o otimismo e a auto realização dos indivíduos com os diferentes domínios da vida e a medida que estas se mostram de forma satisfatória um dos fins e dos sentidos que movem a vida humana é alcançado: a felicidade.

Palavras-chave: Felicidade; Ciências Econômica; Economia da Felicidade;

ABSTRACT

One of the greatest motivational sources that human beings have is to feel well, be happy. Happiness has always been a subject of great philosophical interest. In the last three decades this theme has penetrated more deeply into Economic Science. Evidence for this is found in the development by economists of techniques for capturing satisfaction with life, emotions, feeling, and social self-esteem on the part of individuals' accounts. Research is conducted on hundreds of thousands of individuals across countries and continents. Despite efforts to decipher human happiness, no unanimous answers have yet been found to the issues that guide it. The objective is to ascertain within the already consecrated literature the economic and non-economic factors that are behind happiness. The discussion of the theme in this monograph allowed us to visualize the relation between Gross Domestic Product (GDP), Employment, Consumption, Family, Institutions and Urban Issues with Happiness. In this sense, relationships are established between the emotions, the satisfaction, the optimism and the self-realization of the individuals with the different domains of life and as these are satisfactorily shown one of the ends and the meanings that move human life is reached: the happiness.

Keywords: Happiness; Economics; Economy of Happiness;

LISTA DE ABREVIATURAS

FIB	FELICIDADE INTERNA BRUTA
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
EBRD	BANCO EUROPEU DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
UNICEF	FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA
OCDE	ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

SUMÁRIO

INTODUÇÃO.....	7
1ECONOMIA E FELICIDADE NUMA PESPECTIVA HISTÓRICA.....	9
1.1Manifestações iniciais.....	9
1.2 Manifestações modernas.....	10
1.3 Ciência econômica e o embate teórico.....	16
2 FELICIDADE E QUESTÕES ECONÔMICAS.....	22
2.1 Produto interno bruto e Felicidade.....	22
2.2 Emprego e Felicidade.....	26
2.3 Consumo e Felicidade.....	32
3 FELICIDADE PARA ALÉM DE QUESTÕES ECONÔMICAS.....	43
3.1 Família e Felicidade.....	43
3.2 Instituições e Felicidade.....	43
3.3 Questões urbanas e Felicidade.....	44
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
Referências.....	48

INTRODUÇÃO

O que é felicidade? Vários pensadores já discorreram sobre este assunto. Este tema vem desde os filósofos clássicos da Grécia Antiga – Platão e Aristóteles – e ainda não conta com um consenso. As atividades econômicas de produção de bens e serviços não possuem um fim em si mesmo, mas somente tem valor na medida em que contribuem para o incremento da felicidade.

Atualmente, entretanto, são cada vez mais os economistas que prosperam novos caminhos e que estão a transportar a economia na direção da conformidade científica e da consequente utilidade social. A economia contemporânea já conversa com a neurologia (neuroeconomia), com a psicologia (economia comportamental e experimental), com a sociologia (sócio economia) ou com a biologia (economia evolucionista).

A economia da felicidade insere-se, justamente, nesse campo de investigação interdisciplinar e fala com as ciências "psi", com a antropologia e a sociologia, mas também com a filosofia ou com a ciência política. A economia da felicidade reintroduziu a ideia de que não podemos dispensar a filosofia moral, quando falamos de política econômica. Ela veio revelar que utilizar somente o PIB como único indicador de progresso pode ser perigoso: a destruição ambiental, a crescente desigualdade na distribuição da riqueza (que fez aumentar a pobreza relativa e permite a existência de espaços de pobreza absoluta), o desemprego crescente nos países desenvolvidos, as excessivas concentrações populacionais nos grandes centros urbanos (e os respectivos problemas de congestionamento, poluição e crime), a continuação do tráfico de armas, droga e pessoas, as migrações ilegais ou a desregulamentação da especulação financeira (com as consequentes bolhas e acentuação dos ciclos econômicos) podem ser problemas da contemporaneidade que conviveram com um PIB mundial sempre em crescimento.

Esse mundo da economia da felicidade é hoje uma realidade com produção científica em qualidade e quantidade, com conferências regulares, com presença nos média e com impacto nos organismos estatísticos e governamentais. E este enorme mundo nem sequer é completamente novo: os pais fundadores da economia usavam a

palavra felicidade e percebiam que esse era o fim último da ciência e da política económica. Só nos anos 30 do séc. XX é que a felicidade foi "oficialmente" varrida da economia, mas tal exílio não durou mais que 40 anos. Nos anos 70, economistas pioneiros como Richard Layard e Richard Easterlin ousaram recolocar a felicidade na análise económica e abriram caminho para o "boom" que hoje existe e que começou nos anos 90 (e que entusiasma nóbeis como Daniel Kahneman ou Joseph Stiglitz). Hoje a felicidade já não será varrida da economia com facilidade: porque há massa crítica social, política e científica suficientemente forte para se perceber que se pode (e deve) estudar a felicidade de um ponto de vista científico e que a sua medição, controle e promoção devem passar também a fazer parte das tarefas dos governantes. Por isso a ONU, a OCDE, a Comissão Europeia e diversos governos nacionais (como o francês ou o inglês) estão empenhados na discussão, divulgação e promoção de novos indicadores de desenvolvimento, novos modelos económicos e novas políticas.

O problema que orientou a presente monografia é: "Qual a relação entre a economia e a felicidade? E de que forma essa relação pode ajudar a economia a melhorar o bem estar dos indivíduos? ". O objetivo geral é estudar por meio de pesquisa bibliográfica, a economia da felicidade. Os objetivos específicos são: apresentar o conceito de felicidade e sua origem na Economia; Mostrar a influência da felicidade em algumas áreas das ciências económicas; identificar a relação entre economia e felicidade e como uma tem influência sobre a outra.

O estudo está dividido em cinco capítulos, a começar por essa introdução. O segundo capítulo contém os conceitos sobre o que é felicidade, o terceiro é a relação de felicidade com algumas áreas da economia, o quarto é a relação da felicidade com áreas que não estão especificamente ligadas a economia e o quinto são as considerações finais.

1 ECONOMIA E FELICIDADE NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

1.1 MANIFESTAÇÕES INICIAIS

Felicidade derivada do latim – *felicitate* – significa qualidade ou estado de ser feliz. Segundo José Pastore (2001)¹, felicidade não é só o sentimento de ser feliz, mas também representa o prazer que os indivíduos sentem de viver, inclui a sequência cumulativa de experiências que obtém durante a sua vida.

A mais antiga referência de filosofia sobre o termo felicidade é derivada do filósofo grego Tales de Mileto (624 a.C.–558 a.C.)², que designa felicidade como ter um corpo saudável, uma alma com boa formação e ser um indivíduo de sorte. Já para Sócrates (470 a.C.-399 a.C.)³, a felicidade não possui uma conexão tão direta com o corpo, a maior importância é dada a estar bem com a alma, propiciado por uma conduta adequada e virtuosa. Para Kant (1724-1804)⁴ a felicidade está ligada com os desejos e prazeres, não constitui parte de uma investigação filosófica (ABBAGNANO, 1970). Para Aristóteles (384 a.C.–322 a.C.)⁵, a felicidade não está ligada aos prazeres ou as riquezas, mas a atividade prática da razão. Em sua opinião, a capacidade de pensar é o que há de melhor no ser humano, uma vez que a razão é nosso melhor guia e dirigente natural. Se o que caracteriza o homem é o pensar, então esta e sua maior virtude e, portanto, reside nela à felicidade humana.

Aristóteles, fiel aos princípios de sua filosofia especulativa, e após ter feito uma análise e um estudo da psicologia humana, verifica que em todos os seus atos o homem se orienta necessariamente pela ideia de bem e de felicidade e que nenhum dos bens comumente procurados (a honra, a riqueza, o prazer) preenche esse ideal de felicidade. Daí a sua conclusão: primeiro, a felicidade humana deverá consistir numa atividade, pois o ato é superior à potência; segundo, deverá ser uma atividade relacionada com a faculdade humana mais perfeita que é a inteligência (...). (Costa, 1993, p.67)

¹ José Pastore (São Paulo, 3 de maio de 1935), é um sociólogo e professor brasileiro.

² Tales de Mileto (624 a.C.-558 a.C.) foi um filósofo, matemático e astrônomo grego. Foi considerado um dos mais importantes representantes da primeira fase da filosofia grega, chamada de Pré-Socrática ou Cosmológica.

³ Sócrates (470 a.C.-399 a.C.) foi um filósofo grego. “Conhece-te a ti mesmo” é a essência de todo seu ensinamento. O saber, de acordo com Sócrates é uma virtude.

⁴ Immanuel Kant (1724-1804) foi um filósofo alemão, fundador da “Filosofia Crítica”. Dedicou-se em resolver a confusão conceitual a respeito do debate acerca da natureza do nosso conhecimento. Procurou explicar como é o funcionamento do mecanismo de apreensão e de compreensão da realidade que permite ao Homem saber-se inserido em um Universo.

⁵ Aristóteles (384 a.C.–322 a.C.) foi um importante filósofo grego. Um dos pensadores com maior influência na cultura ocidental. Foi discípulo do filósofo Platão. Elaborou um sistema filosófico no qual abordou e pensou sobre praticamente todos os assuntos existentes, como a geometria, física, metafísica, botânica, zoologia, astronomia, medicina, psicologia, ética, drama, poesia, retórica, matemática e principalmente lógica.

No grego antigo, várias palavras traduziam distintos aspectos da felicidade. Trata-se da felicidade entendida como um bem ou poder concebido pelos deuses. Subentendia-se que, para mantê-la, a pessoa deveria conduzir sua vida de tal maneira a não se indispor com as divindades, para o que era preciso sabedoria. Mesmo assim, ainda corria o risco de perder esse bem ou poder se os deuses assim o desejassem, por qualquer motivo arbitrário. Se o que caracteriza o homem é o pensar, então esta é sua maior virtude e, portanto, reside nela a felicidade humana.

Diante disso, para se tocar música ou escrever bem é importante que haja a repetição, é necessário o hábito. A prática contínua de uma atividade ou de um comportamento nos possibilita internalizar aquele hábito. Somente a prática leva a perfeição. Esse raciocínio serve para todas as atitudes e atividades humanas. Pelo hábito de sentir receio ou confiança onde se tornam covardes ou corajosos. (Léo Oliveira, 2012)

O mesmo se aplica aos desejos e a raiva, por se comportarem da mesma forma e do mesmo modo em todas as circunstâncias algumas pessoas tornam-se moderadas e amáveis, outras se tornam concupiscentes ou irascíveis. É por isto que devem fazer uso da razão em nossas escolhas e atividades. Devem sempre desenvolver nossas atitudes e atividades de uma maneira racional.

Por sua própria natureza os homens buscam o bem e a felicidade, mas esta busca só pode ser alcançada pela virtude. É somente através do nosso caráter que atingem a excelência. A boa conduta, a força do espírito, a força da vontade guiada pela razão se leva à excelência. Dessa forma, a felicidade está ligada a uma sabedoria prática, a de saber fazer escolhas racionais na vida. É feliz aquele que escolhe o que é mais adequado para si.

1.2 MANIFESTAÇÕES MODERNAS

Tratar da felicidade atualmente é relacioná-la a diversos fatores que influenciam para que a mesma ocorra, uma pessoa que pode ser considerada feliz é aquela que tem saúde, estabilidade financeira, emocional, bem-estar físico, e/ou outros fatores que são considerados importantes para a vida das pessoas. Para medir o grau de desenvolvimento de um país ou nação são usados vários critérios, principalmente os econômicos. Os indicadores mais utilizados e conhecidos são o PIB – Produto Interno

Bruto, que mede a riqueza produzida pelo país em um determinado período de tempo; o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, que objetiva analisar três variáveis – saúde, renda e educação; e o PIB per capita, que é a soma de toda riqueza produzida de um país dividida por sua população.

Entretanto, sabe-se que esses critérios são meramente quantitativos, ou seja, são baseados em estatísticas econômicas. Em muitos casos, escamoteiam problemas sociais graves, como desigualdade de renda, desigualdade social e qualidade de vida. Um conceito que surge para auxiliar a medir o grau de desenvolvimento dos países é a FIB – Felicidade Interna Bruta. Tal conceito surgiu no Butão, um país do sul da Ásia, região conhecida como Himalaia. Além dos aspectos econômicos, os precursores do conceito de FIB acreditavam que a conservação ambiental e a qualidade de vida das pessoas representavam variáveis importantes no desenvolvimento de uma nação. Portanto, a FIB não trata somente de mensurar os aspectos quantitativos, mas também os qualitativos de uma população. Mas como medir a FIB? A ONU, com o apoio de diversos intelectuais reconhecidos mundialmente, recriou o conceito de FIB para ser aplicado como forma de medir o desenvolvimento de comunidades. Uma equipe elaborou um questionário que examina bem-estar psicológico, acesso à cultura, proteção do meio ambiente, governança, saúde, educação e vitalidade da comunidade. A Felicidade Interna Bruta (FIB) foi dividida em nove categorias:

1. Bem-estar psicológico: Mede o otimismo que cada cidadão tem em relação a sua vida. É feita uma análise da autoestima, nível de stress e espiritualidade.
2. Saúde: Analisa as medidas de saúde implantadas pelo governo, exercícios físicos, nutrição e auto avaliação da saúde.
3. Uso do tempo: Inclui questões como o tempo que o cidadão perde no trânsito, divisão das horas entre o trabalho, atividades de lazer e educacionais.
4. Vitalidade comunitária: Entra na questão do relacionamento e das interações entre as comunidades. Analisa a segurança dentro da comunidade, assim como sensação de pertencimento e ações de voluntariado.
5. Educação: Sonda itens como participação na educação informal e formal, valores educacionais, educação no que se refere ao meio ambiente e competências.

6. Cultura: Faz uma análise de tradições culturais locais, festejos tradicionais, ações culturais, desenvolvimento de capacidades artísticas e discriminação de raça, cor, ou gênero.
7. Meio ambiente: Relação entre os cidadãos e os meios naturais como solo, ar e água. Estuda a acessibilidade para áreas verdes, sistemas para coletar o lixo e biodiversidades da comunidade.
8. Governança: Estuda a maneira da relação entre a população e a mídia, poder judiciário, sistemas de eleições e segurança.
9. Padrão de vida: Análise da renda familiar e individual, seguridade nas finanças, dívidas e qualidade habitacional.

Por ser um projeto de transformação social, a FIB pode ser tanto um parâmetro social adotado pelo governo quanto negligenciado e banalizado. O Relatório anual da ONU que calcula a felicidade dos países aponta a Finlândia como o lugar com os moradores mais contentes da Terra. Um país de pouco mais de 5 milhões de habitantes e, considerada o país mais feliz da Terra. O título foi dado pelo World Happiness Report⁶, um relatório anual feito pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU que mede o índice de felicidade de 156 países com base em seis pilares: renda, liberdade, confiança, expectativa de vida, generosidade e apoio social.

Nos derradeiros anos, quatro países se revezaram na primeira colocação do *ranking*, todos na Europa: Dinamarca, Suíça, Noruega e agora a Finlândia. Apesar de o último

⁶ O Relatório Mundial da Felicidade (em inglês: World Happiness Report) é uma medição da felicidade publicado pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (SDSN, na sigla em inglês). Em julho de 2011, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução convidando os países membros a medirem a felicidade de seus habitantes e usar os dados para ajudar em suas políticas públicas. Em abril de 2012, houve a primeira Reunião de Alto Nível da ONU sobre a "Felicidade e Bem-Estar: Definindo um Novo Paradigma Econômico", que foi presidida por Jigme Thinley, primeiro-ministro do Butão, o primeiro e único país que até então havia adotado oficialmente a felicidade interna bruta, ao invés do produto interno bruto, como seu principal indicador de desenvolvimento.

O primeiro Relatório Mundial da Felicidade foi lançado em 1 de abril de 2012 como material base para a reunião. Ele chamou a atenção internacional por ser a primeira pesquisa sobre a felicidade global. O relatório descrevia o estado de felicidade mundial, as causas da felicidade e da miséria, e as implicações políticas destacadas por estudos de caso. Em setembro de 2013, o segundo relatório apresentou a primeira continuação anual e, desde então, os relatórios passaram a ser emitidos todos os anos. A pesquisa utiliza dados do Gallup World Poll. Cada relatório anual está disponível para o público no site World Happiness Report.

Nos relatórios, principais especialistas de várias áreas — economia, psicologia, análise de pesquisa, estatísticas nacionais, entre outros — descrevem como as medições de bem-estar podem ser efetivamente usadas para avaliar o progresso das nações. Cada relatório está organizado por capítulos, que se aprofundam nas questões relacionadas à felicidade, incluindo doenças mentais, benefícios objetivos da felicidade, a importância da ética, implicações políticas e as ligações com a abordagem da OECD para mensurar o bem-estar subjetivo e o Índice de Desenvolvimento Humano.

ter assumido o primeiro posto em 2018, os países que aparecem no Top 10 neste ano são os mesmos do ano passado, alterando somente determinadas colocações.

No meio de os 156 países analisados, o que mais ascendeu no ranking no relatório deste ano foi o Togo, que ganhou 17 posições em relação a 2015, quando ficou em último lugar atualmente é o 139º colocado. No caminho oposto foi a Venezuela, que perdeu 2,2 pontos numa escala de 0 a 10. O país aparece na 102ª posição. O Brasil aparece em 28º lugar, exatamente atrás do Panamá e um lugar diante da Argentina. Os vinte países mais felizes, segundo a ONU, são: Finlândia, Noruega, Dinamarca, Islândia, Suíça, Holanda, Canadá, Nova Zelândia, Suécia, Austrália, Israel, Áustria, Costa Rica, Irlanda, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, EUA, Reino Unido e os Emirados Árabes.

A Finlândia é considerada o país mais feliz do mundo por alguns motivos: é uma sociedade sem grandes desigualdades, “Desde o nascimento da Finlândia como país, há 100 anos, os dois pilares fundamentais da sociedade foram a igualdade e a educação”, diz Hannikainen⁷. Foi o primeiro país europeu a conceder o direito de voto às mulheres, em 1906, e em suas últimas eleições três dos oito candidatos dos principais partidos eram mulheres.

A Finlândia é um dos três países com menor disparidade de gênero no mundo, segundo o Fórum Econômico Mundial. Além disso, de tal modo ocorre na maioria dos países nórdicos, conta com um alongado tempo de licença-maternidade, que pode se estender por até seis meses.

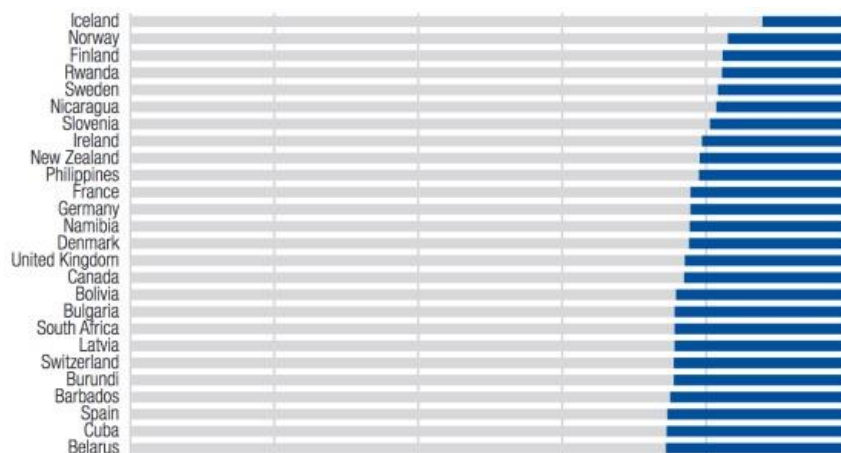


Figura 1: Topo do ranking de países com menor disparidade salarial entre os gêneros, segundo o relatório do Fórum Econômico Mundial. Para elaborar o estudo, foram levados em conta quatro fatores:

⁷ Eva Hannikainen: Atual Ministério de Relações Exteriores da Embaixada da Finlândia em Comunicações e Cultura.

participação econômica e oportunidade da mulher no mundo trabalhista, nível educacional, saúde e expectativa de vida e poder político.

Fonte: ÉL PAÍS: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/14/internacional/1521026096_399451.html

No âmbito econômico, segundo o UNICEF (órgão da ONU para a infância), a Finlândia é o segundo país do mundo com menor desigualdade infantil. Foram os finlandeses os inventores, na década de trinta, da popular caixa-berço com roupa, fraldas e acessórios que o Governo oferece às famílias com recém-nascidos, e que atualmente muitos países estão importando. Além disso, esse país tem o quarto menor índice de pobreza do planeta. A educação é um pilar básico, “a Finlândia tem o melhor sistema educativo do mundo”. Segundo o Fórum Econômico Mundial, a educação primária finlandesa é a melhor do mundo, ao passo que a universitária se encontra em terceiro lugar. “A educação não é questão de dinheiro na Finlândia”, diz Hannikainen. “É gratuita até o ensino médio, e não existem universidades privadas.”

Além disso, segundo Hannikainen, a sociedade incorporou profundamente a ideia de que a educação não termina no ensino médio nem na universidade. “A formação é algo que deve se dar ao longo de toda a vida, e é estimulada em casa e como formação continuada tanto nas empresas como na administração pública”. Os adultos finlandeses ostentam o terceiro lugar no ranking da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em conhecimentos de Língua e Matemática. Boa saúde, Uma das variáveis levada em conta pela ONU em seu estudo anual sobre a felicidade é a expectativa de vida. Nisso a Finlândia, apesar de apresentar um bom indicador, fica atrás de outras nações menos desenvolvidas. Na Espanha, por exemplo, a expectativa de vida é de 83 anos, enquanto para os finlandeses não chega aos 82.

A Finlândia, assim como o Brasil, tem um sistema de saúde público, mas nele o usuário paga uma taxa de coparticipação por todos os serviços que usa — atendimento primário, internações, consultas em pronto-socorro e medicamentos vendidos com receita. No Brasil, o paciente do SUS paga apenas os remédios comprados em farmácias. Há na Finlândia 3,3 médicos por mil habitantes, menos do que na Espanha, por exemplo, onde há 3,9, mas mais do que no Brasil, onde são 2,1 médicos por mil habitantes.

Pouca polícia, muita segurança, Outro motivo para a grande confiança entre os finlandeses, segundo Hannikainen, é a segurança. E isso não tem nada a ver com a

imposição dos seus corpos policiais e suas penas. Pelo contrário: a Finlândia é, segundo o Escritório Europeu de Estatística, um dos países do continente com menos policiais por habitante: 140 por cada 100.000 pessoas. A Espanha, por exemplo, tem mais do que o dobro, 365 por cada 100.000. Entretanto, segundo o Fórum Econômico Mundial, a Finlândia é o país mais seguro do mundo para viajar. O Índice da Paz Global de 2017, elaborado pelo Instituto para a Economia e a Paz, a inclui entre os países mais pacíficos do planeta.

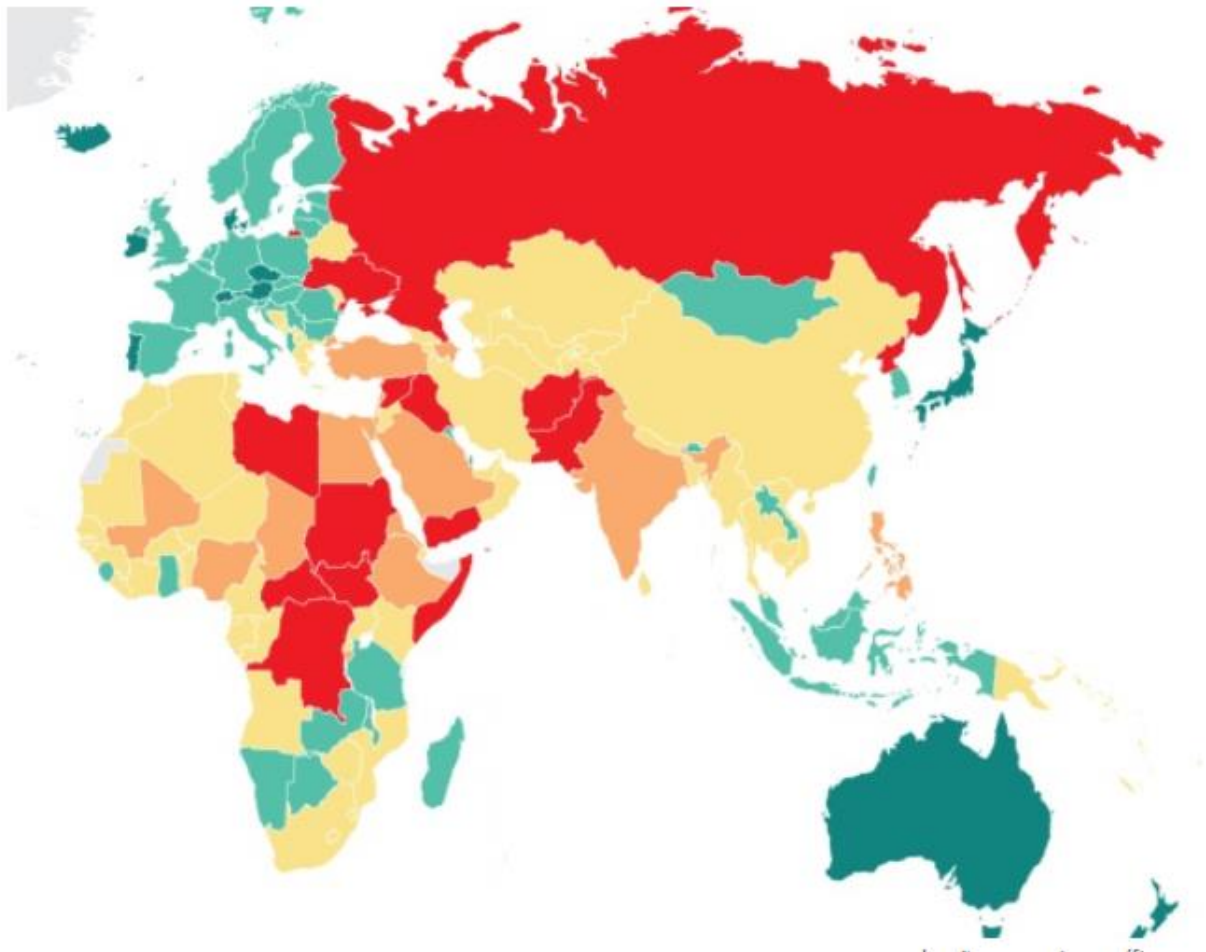


Figura 2: Mapa da paz global do Instituto para a Economia e a Paz. Os países em verde são os mais pacíficos.⁸

Embora todos os fatores listados acima sejam fundamentais para o bem estar finlandês, ele não é tudo. A Finlândia se destaca em outros aspectos, sobretudo os relacionados à natureza e ao meio ambiente: é o terceiro país com melhor qualidade do ar, e o país com maior cobertura florestal da Europa.

⁸ Fonte: EL PAÍS: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/14/internacional/1521026096_399451.html.

1.3 CIÊNCIA ECONÔMICA E O EMBATE TEÓRICO

Quando indagados sobre seus principais objetivos e metas, a maioria dos indivíduos refere-se a sua felicidade. Quanto ao desejo que tem para seus filhos: fortuna, sucesso ou felicidade? A resposta mais frequente é a felicidade. Mas porque razão este assunto só adentrou nas Ciências Sociais a pouco tempo? O motivo mais apontado é a diversidade de tentativas de explicação para o conceito de felicidade (NIZA, 2007).

Para Giannetti (2002, p.68), “a felicidade sempre foi e continua sendo um grande fim, se não a finalidade suprema, em nome do qual se justificam escolhas na vida pública e privada”. Para Aristóteles, todas as ações humanas são dirigidas direta ou indiretamente para alcançar a felicidade. As ações são conectadas por fatores motivacionais que passam por um processo cumulativo até chegar ao objeto final, a felicidade. Vale ressaltar que a felicidade não é sustentada pela existência de outros fins, ela mesma é capaz de justificar a sua existência (BECKER, 2009).

Segundo Veenhoven (1991, p. 5), “The history of happiness research is the history of confusion.” A este termo se tem atribuído diferentes significados e isto impede a sua compreensão de modo produtivo. A dificuldade de conceituação deriva do entendimento da felicidade na linguagem comum, que tende a levar a uma confusão no âmbito técnico científico, com incremento de um debate ideológico em termos de prioridades de valor (VEENHOVEN, 1991).

A noção de felicidade está inclusa na base do termo economia, que foi concebido pelo filósofo grego Aristóteles (1980). Oikonomique significa a ciência ou a virtude de usar de maneira apropriada os recursos necessários e disponíveis, afim de conseguir uma vida boa e feliz. Logo, a Ciência Econômica apresenta um caráter ético e a ligação com a felicidade é dada de forma histórica (SHIKIDA, 2009).

Adam Smith (1723 -1790) identifica a felicidade como sendo proveniente de uma vida virtuosa. A riqueza para ele é desejada por grande parte dos indivíduos, porém não está longe do ideal que tange o aspecto moral (NETTO, 2014). Segundo Aragão (2002), a noção de que a economia é a ciência da “riqueza das nações” é falsa, apesar de existir a possibilidade de a felicidade ser pública. Tanto no âmbito microeconômico quanto no macroeconômico, ao se conseguir a satisfação dos indivíduos, por meio da maximização dos desejos chega-se de grosso modo a felicidade. Para se alcançar a felicidade de uma comunidade é necessário apoio do Estado (SHIKIDA, 2009). Giannetti (2002, p.68-69) ressalta a relação entre economia e felicidade:

Assim como a saúde está para a medicina (...), a felicidade pública seria o objetivo maior frente ao qual toda a maquinaria do processo político, social e econômico constituiria tão somente um meio adequado e ao qual estaria subordinada. O economista Irving Fisher (...) é claríssimo sobre isso. Toda atividade produtiva, ele argumentou, e 'todas as transações monetárias que dela decorrem derivam a importância que possuem somente na condição de preliminares úteis e necessárias da renda psíquica – da satisfação humana (...)'. De Petty e Turgot, no século XVIII, a Keynes, Friedman e Samuelson, poucos economistas dignos de nota discordariam.

Veenhoven (1997) define: “Happiness is the degree to which a person evaluates the overall quality of his present life-as-a-whole satisfaction. In other words, how much the person likes the life he/she leads”. A satisfação com a vida passa a ser um indicador de bem-estar, afetado por padrões de comparação, emoções, sentimentos e fatores situacionais (DIENER, E.; DIENER, M.; DIENER C., 1995; DIENER; SUH, 2000).

Bentham⁹ defendia o alcance do fim – felicidade – pelo maior número de pessoas, independente do caminho percorrido para alcançá-lo. Mill¹⁰ segue esta mesma lógica e defende que as ações tomadas pelos indivíduos estão corretas na medida em que são capazes de gerar felicidade, ao mesmo tempo em que estão erradas na medida em que geram infelicidade (VEENHOVEN, 2003).

O bem-estar, felicidade, na economia ortodoxa é visto como o alcance das preferências do consumidor, via função de utilidade, dada a restrição orçamentária. Para Graham (2005), este método desconsidera outros fatores relevantes para o bem-estar dos indivíduos, pois existem diferentes preferências para trabalho material ou não material. Os indivíduos podem escolher um trabalho que pague menos e não permita expandir sua restrição orçamentária, mas que seja mais recompensador em outros sentidos. Eles podem não estar querendo maximizar sua utilidade.

Para Sen (1985), o utilitarismo possui caráter reducionista; limita a análise das diferentes situações enfrentadas pelos indivíduos a questões diretas. Desconsidera escolhas intencionais e normativas, além de não levar em conta elementos como a liberdade e motivações de fundo intrínseco na vida dos indivíduos. Para o autor os indivíduos devem ser vistos como importantes no meio em que vivem por quem são e

⁹ Jeremy Bentham (Londres, 15 de fevereiro de 1748 – Londres, 6 de junho de 1832) foi um filósofo que, em 1779, incorporou nos seus estudos a noção de felicidade relacionada ao bem-estar (utilidade). Para ele a ação utilitária e a busca do prazer são fundamentos capazes de guiar os indivíduos na direção do bem e fundamentar uma moral.

¹⁰ John Stuart Mill (Londres, 20 de maio de 1806 – Avinhão, 8 de maio de 1873) foi filósofo e economista britânico que teve sua educação orientada e guiada dentro da lógica bethamiana do utilitarismo.

não porque são capazes de gerar utilidade. A teoria da utilidade normalmente leva em conta questões como renda, riqueza e recursos.

Em contraposição, Sen (1933) propõe que uma vida boa pode ser alcançada na medida em que os indivíduos possuem efetiva liberdade de fazerem o que desejam e os processos de decisão no âmbito político respeitam esta liberdade. Os indivíduos neste caso possuem a capacidade de fazer as coisas que eles têm razão para valorizar, ou seja, os indivíduos podem escolher fazer o que para eles agrega mais sentido as suas vidas. O bem-estar neste sentido não se reduz à ótica da utilidade, mas vem a depender de outros fatores e concepções. Sen (1933) propõe a ampliação da discussão de bem-estar.

As contribuições mais recentes na ampliação da discussão de bem-estar remetem a 1991, ano em que os cientistas avançaram na conceituação do termo felicidade como sinônimo de bem-estar, este avanço está demonstrado na modelo síntese (Quadro 1).

Tabela 1- Classificação dos conceitos de bem-estar

	Bem-estar objetivo	Bem-estar subjetivo	Composições dos dois
Bem-estar Individual	qualidades pessoais	auto avaliações	
- aspectos	sabedoria, estabilidade, robustez, criatividade, moralidade, etc.	satisfação no trabalho, autoestima, crença de controle	força do ego, identidade
- geral	necessita de gratificação, auto realização, efetuação de resultado	satisfação com a vida, contentamento, nível hedônico	saúde (mental), ajuste, moral individual
Bem-estar Coletivo	qualidades sociais	clima social (parecer)	
- aspectos	coerência, justiça, chances iguais, estabilidade, etc.	aceitação de ordem política, confiança mútua, crença no progresso nacional	integração social, anomia
- geral	viabilidade, capacidade	moral do grupo	Habitabilidade
Composição dos dois			
- aspectos	progresso, segurança, liberdade, igualdade, etc.	Emancipação	
- geral	bem-estar, progresso	Alienação	bem-estar no sentido mais amplo

Fonte: VANESSA ZUCCO. *Economia da felicidade: evidências e propostas teóricas*. 2015.P 21.

A felicidade neste sentido pode ser compreendida como sinônimo de bem-estar no seu âmbito mais amplo; ambos se referem a um estado pleno de satisfação com a vida. Representam prazeres momentâneos, acontecimentos objetivos, assim como estão relacionados ao significado que cada pessoa atribui a sua própria vida. São as crenças e as emoções de cada indivíduo componentes fundamentais da felicidade ou bem-estar no seu sentido mais amplo. Os próprios indivíduos avaliam as transformações no mundo ao seu redor de acordo com os seus sentimentos (GIANETTI, 2002).

A Economia da Felicidade abre caminho para noções de bem-estar e utilidade mais expandidos, com comportamentos individuais racionais e não racionais interligados, além de funções de utilidade interdependentes e que permitem captar informações adicionais, além de preferências padrões estabelecidos a priori. (GRAHAM, 2005).

A abordagem de felicidade que é discutida nesta monografia distancia-se da noção de felicidade como emoções positivas e bens materiais, que buscam como fim único a maximização do prazer (hedonista)¹¹. A discussão da felicidade aqui retratada se aproxima da noção eudaimônica¹², que está ancorada na virtude, ou seja, está dentro de cada indivíduo e faz parte da construção dos objetivos de desenvolvimento humano, que atribui significado a vida e busca inspiração no desenvolvimento pessoal e dos outros (NIZA, 2007).

Segundo Graham (2005), já faz anos que os psicólogos usam pesquisas de opinião para reportar felicidade, mas somente nas últimas décadas os economistas se aventuraram nesta área. Apesar de se observar nos economistas Bentham, Mill, Smith e Marx estudos que incorporam a felicidade em seus trabalhos. Esta somente foi incluída efetivamente após uma iniciativa do United Nations Development Programme comandada por Mahbub ul Haq a Amartya Sen e publicado no Human Development

¹¹ O hedonismo (do grego hedonê, "prazer", "vontade") é uma teoria ou doutrina filosófico-moral que afirma ser o prazer o supremo bem da vida humana. Surgiu na Grécia, e seu mais célebre representante foi Aristipo de Cirene. O hedonismo filosófico moderno (utilitarismo de Stuart Mill) procura fundamentar-se numa concepção mais ampla de prazer entendida como felicidade para o maior número de pessoas.

¹² Eudemonismo (do grego antigo εὐδαιμονισμός, translit. eudaimonismós; de εὐδαιμονία, eudaimonia, derivado de εὐδαίμων, eudaimon, termo composto de εὖ 'bem', 'bom' e δαίμων, transl. daemon 'gênio', 'divindade menor' ou 'destino') é toda doutrina que considera a busca de uma vida plenamente feliz - seja em âmbito individual seja coletivo - o princípio e fundamento dos valores morais, julgando eticamente positivas todas as ações que conduzam o homem à felicidade. É toda doutrina moral que, recolocando o bem na felicidade (eudaimonia), persegue-a como um fim natural da vida humana. Segundo Abbagnano, eudemonismo é toda doutrina que assume a felicidade como princípio e fundamento da vida moral.

Report. A ideia tinha como origem um estudo realizado em Chenery em 1974, que tentou montar indicadores de “grau de desenvolvimento” capazes de capturar dimensões sociais e humanas incorporadas as atividades econômicas (FRANCO, 2012).

Foi com o interesse da economia voltando-se para a interdisciplinaridade nas reflexões sobre desenvolvimento, que a partir da década de 1990 questões que envolviam considerações sobre o sentido da vida passaram a despertar a curiosidade dos economistas sobre a felicidade humana. Outro fator que explica este maior interesse são os dados de boa qualidade e consistentes fornecidos via pesquisa de opinião pelo Instituto Gallup¹³ sobre a satisfação dos indivíduos com relação as suas vidas (FRANCO, 2012).

Easterlin¹⁴(1974) foi um dos economistas que se aproveitou dos dados empíricos divulgados pelo Instituto Gallup para o Japão e para os Estado Unidos, no pós-guerra. O autor formulou o que ficou conhecido na literatura como o “Paradoxo de Easterlin”: não existe correlação positiva entre a felicidade e a renda dos indivíduos. Segundo Franco (2012), este foi um resultado polêmico e de consequências amplas para a evolução do desenvolvimento econômico, ou para a ênfase no PIB como um sinônimo de sucesso econômico. Este resultado apesar de surpreender não foi o suficiente para dar origem a uma explosão de estudos sobre felicidade. Estes só ocorreram duas décadas depois, até então o interesse manteve-se entorno do Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH).

Para Franco (2012), a explicação para os estudos em felicidade terem se tornado foco de interesse somente a partir de 1990, o grau de progresso material alcançado em todo o mundo e aos *policy makers* envolvidos em desenvolvimento econômico terem demonstrado interesse em outros temas “não econômicos”, além do que eles já discutiam no IDH. Outras fontes motivacionais da felicidade como tema de estudo podem ser encontradas no descontentamento com a crise de 2008, nas preocupações

¹³ A Gallup Poll é uma empresa de pesquisa de opinião dos Estados Unidos, fundada em 1930 pelo estatístico George Gallup.

¹⁴ Richard Easterlin foi o primeiro entre os economistas modernos a revisar o conceito de felicidade em 1974. Os trabalhos como o do autor mencionado baseiam-se em surveys ao longo do tempo, entre diferentes países, apresentando a relação da felicidade com fatores, como renda, saúde, estado de emprego, confiança no país em que vive e relação matrimonial (GRAHAM, 2005). Esta técnica recebe críticas, pois as respostas dos entrevistados podem coincidir com emoções momentâneas, que não são capazes de reportar a realidade do que o indivíduo sente. Esta pesquisa pode também estar sujeita ao viés caudado pela ordem das questões. Entretanto, as desvantagens desta metodologia são pequenas frente as vantagens, o que faz com que ela seja validada e considerada satisfatória (NERY, 2014).

referentes às questões ambientais e no advento do crescimento da China por meio de um governo autoritário.

Segundo Niza (2007), os estudos sobre a felicidade na Economia, até 1990, foram caracterizados por uma série de contribuições isoladas. Foi em 1997, com a publicação de um compilado de três trabalhos, dos autores Andrew Oswald, Robert Frank e Yew-Kwang Ng, com comentário editorial de Dixon no *Economic Journal* que o tema ganhou legitimidade. Dixon (1997) elaborou uma nota que denominou *Controversy* e explanou sobre a dedicação de economistas de diferentes correntes da análise econômica sobre a felicidade e defendeu a ocupação de um lugar central para a temática.

Oswald (1997) utilizou uma análise entre felicidade e crescimento econômico para questionar a validade do Produto Interno Bruto (PIB), da taxa de juros e da inflação como indicadores diretos de melhoria na qualidade de vida dos cidadãos de um país. Para o autor, a única maneira de se chegar a políticas sociais e econômicas adequadas é por meio da procura de padrões de felicidade nos dados disponíveis sobre os países ao longo do tempo. O autor enfatiza a importância de as políticas públicas tomarem como foco o desemprego, indicador que para Oswald representa a maior infelicidade dos indivíduos.

Frank (1997) corroborou com o trabalho intitulado *The frame of reference as a public good*, com a indagação referente a possibilidade de maior consumo propiciar maior felicidade. A preocupação central do autor é descobrir maneiras cabíveis de as pessoas despendem tempo e dinheiro no mesmo instante que a felicidade aumentasse. Frank (1997) defende que o interesse das políticas públicas deve ser centrado em regular o consumo. Já Yew-Kwang Ng (1997) reflete sobre felicidade e comparabilidade interpessoal. Para o autor as questões fundamentais da vida social e humana envolvem a felicidade.

Desde a publicação destes artigos, os estudos na área começaram a se proliferar. Mas, não obstante o renovado interesse pela felicidade na Economia ocorreu diante dos esforços para criar alternativas para compreender e combater a crise de 2008. O presidente da França, Nicolas Sarkozy criou uma comissão composta por economistas renomeados e ganhadores do prêmio Nobel, Amartya Sen e John Stiglitz, para buscar “vias alternativas” e inovadoras, sem abandonar os avanços já alcançados em termos de desenvolvimento e compreensão do comportamento humano. Os esforços desta comissão foram destinados a suprir as ansiedades

apresentadas pelos chefes de estado – formadores e financiadores da comissão – e para lidar com questões referentes a medicina convencional (FRANCO, 2012).

A comissão visava focar em áreas diferentes das até então discutidas pelo Banco Mundial e outras instituições. Para isso os membros se debruçaram sobre métricas de sucesso econômico, consideradas adequadas na época – como, a renda nacional e o Produto Interno Bruto, PIB – e se questionaram sobre as restrições e desvios de viés que estas poderiam trazer. Conscientes das limitações das medidas já utilizadas, o interesse da comissão voltou-se para o tema felicidade. Tema não tão novo, mas pouco discutido. Num relatório elaborado pelos membros da comissão apareceram indicadores de saúde, cultura, experiência com trabalho, engajamento político e relações sociais, como representantes de maior satisfação com a vida e também critérios que deveriam ser melhor integrados as contas nacionais e as definições de políticas públicas (FRANCO, 2012).

O relatório publicado foi um ponto de partida para que surgissem pessoas interessadas e curiosas sobre o tema. A partir daí, passaram a ser produzidas pesquisas e divulgados regularmente estatísticas e indicadores sobre o tema.

2 FELICIDADE E QUESTÕES ECONÔMICAS

2.1 PRODUTO INTERNO BRUTO E FELICIDADE

O conceito atual de Produto Interno Bruto (PIB) foi desenvolvido pelo economista KUZNETS, (1934.) Desde então, e especialmente após Bretton Woods¹⁵, o PIB é o padrão para medir e gerenciar o tamanho da economia de um país.

Por estar baseado em uma simples identidade contábil, pode ser calculado a partir de dados de produção, despesa ou rendas. Portanto, ele fornece aos governos uma ferramenta eficiente para movimentar as principais alavancas da economia, mas também uma medida de sucesso que, por causa de seu uso generalizado, permite que os governos possam também comparar políticas. Frequentemente, crescimento é uma medida de prosperidade.

O Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD, na sigla em inglês) já realizou três pesquisas internacionais para avaliar o nível de satisfação de vida em

¹⁵ Bretton Woods institucionalizou essa hegemonia. A partir de Bretton Woods o dólar foi estabelecido como moeda forte do sistema financeiro internacional. Foi definido que o dólar seria a moeda de troca internacional e que o governo dos EUA garantiria que ele poderia ser convertido em ouro.

trinta e quatro países. Também sabe-se que novas métricas e avaliações estão orientando decisões políticas recentes.

O Butão é, por si só, é um exemplo de como medir a felicidade como alternativa à Renda Nacional e ao PIB. Por meio de uma avaliação subjetiva, o governo mede quatro indicadores do bem-estar nacional: desenvolvimento social e econômico equitativo; proteção da cultura; preservação do meio ambiente; e boa governança. Esses pilares englobam o que o país entende serem as principais condições para a felicidade: padrões de vida, saúde, educação, meio ambiente, governança, bem-estar psicológico, uso do tempo, resiliência cultural e vitalidade comunitária.

O que faz as pessoas felizes e por que pessoas em alguns países são mais felizes do que em outros? Pode-se atribuir diferenças de bem-estar a fatores institucionais, não individuais, e, portanto, a felicidade pode ser administrada. A felicidade pode ser resultante de fatores genéticos ou culturais e, portanto, algumas pessoas são, mais propensas a serem felizes.

O estudo, conduzido pelos professores Meike Bartels¹⁶ (Genética e Bem-estar) e Philipp Koellinger¹⁷ (“Genoeconomia”) da Universidade de Amsterdam, identifica três variantes genéticas para a felicidade – em outras palavras, nossa predisposição a ser feliz pode ser de alguma forma estabelecida quando nascemos. O mais amplo trabalho realizado sobre felicidade é o Estudo do Desenvolvimento de Adultos, da Universidade de Harvard. Por mais de 80 anos desde 1930, pesquisadores vêm

¹⁶ Meike Bartels, Ph.D. É Professora Universitário de Pesquisa em Genética e Bem-Estar no Departamento de Psicologia Biológica, Vrije Universiteit Amsterdam e o Netherlands Twin Register. Depois de um estágio no Instituto Queensland de Pesquisa Médica em Brisbane, Austrália, ela se formou em psicologia pela Vrije Universiteit. Seu mestrado é em Psicologia Fisiológica, com foco especial na genética do comportamento. Ela obteve seu Ph.D. em 2003 sob a supervisão do Prof. Dorret Boomsma. Nos últimos meses de seu Ph.D., ela trabalhou no Instituto Virginia de Genética Psiquiátrica e Comportamental, em Richmond, Virgínia, com o Prof. Edwin van den Oord.

Em 2014, foi nomeada professora titular no âmbito do programa competitivo e honorário de Cátedra de Investigação Universitária da Vrije Universiteit. Ela publicou mais de 175 artigos em periódicos revisados por especialistas, incluindo a primeira evidência genética molecular para o bem-estar em PNAS e a primeira variante genômica do bem-estar na Nature Genetics. Ao longo de sua pesquisa, ela percebeu cada vez mais que a maioria dos indivíduos permanece livre de psicopatologia por toda a vida. Desde então, ela ampliou seu foco e se interessou pelo bem-estar. Ela conduz e supervisiona vários projetos de pesquisa para obter visibilidade das fontes subjacentes de variação do bem-estar. Ela imagina que, com foco em aspectos positivos, a saúde pública. O sistema será ampliado para que o objetivo não seja mais apenas ajudar a curar os doentes, mas também aumentar a felicidade geral.

¹⁷ Philipp Koellinger é professor de genoeconomia na Vrije Universiteit Amsterdam, no Departamento de Economia. Sua pesquisa investiga como os genes influenciam o comportamento econômico e como insights sobre a arquitetura genética dos resultados comportamentais podem informar a pesquisa social e médica. É um dos principais investigadores e co-fundadores do Consórcio Gentrepreneur e do Consórcio da Associação Genética das Ciências Sociais (SSGAC).

acompanhando 268 homens caucasianos das classes 1939 a 1944, de Harvard, e 456 homens caucasianos das cercanias de Boston.

O primeiro grupo incluiu indivíduos de 19 anos de idade, enquanto o segundo grupo consistiu de pessoas que tinham entre 11 e 16 anos quando o estudo começou. Com base nas experiências dessas pessoas e nos principais eventos ao longo de suas vidas, o Prof. Robert J. Waldinger¹⁸ e sua equipe puderam isolar os fatores ambientais que fazem as pessoas felizes. E, surpreendentemente, eles não tem relação com renda, riqueza e bens materiais.

O principal determinante da felicidade é a qualidade das relações humanas: pessoas que crescem cercadas por amigos e familiares e que mantêm relações sólidas e enriquecedoras com outros indivíduos têm vidas mais felizes. Na verdade, preservar esse tipo de relação ao longo da vida também ajuda a viver mais tempo.

Em suma, é que as políticas econômicas precisam buscar novos e mais ambiciosos objetivos, relacionados não apenas à renda das pessoas e à produtividade do país, mas também com a satisfação pela vida e com a felicidade. Sendo a felicidade um estado emocional subjetivo, pode-se ainda medir até que ponto o ambiente socioeconômico e as variáveis culturais tornam as pessoas felizes.

Usando a similaridade da estratégia corporativa, deveria ser indicador de desempenho de uma sociedade no século XXI – a felicidade das pessoas. No entanto, ainda é preciso descobrir quais são os geradores de valor da felicidade: como políticas permitem que as pessoas desenvolvam relacionamentos saudáveis; como a educação deve incentivar o pensamento positivo e a colaboração; como os governos podem gerenciar a satisfação pela vida quando se depende de fatores culturais e ambientais.

Diante dessa distorção, Blanchflower e Oswald, dois professores de Economia, usaram 100 mil respostas a questionários anuais entre 1972 e 1998 nos EUA e na Inglaterra. Os entrevistados responderam a perguntas como: "De um modo geral, você é feliz?". E outras também sobre rendimentos, emprego, casamento, religião, raça e sexo. Eles usaram as informações dos questionários em equações de felicidade. E confirmaram que a humanidade não é mais feliz que 50 anos atrás.

¹⁸ Robert J. Waldinger é um psiquiatra americano e professor da Harvard Medical School. Ele é conhecido por uma palestra do TED sobre suas descobertas no Grant Study, um estudo de 75 anos sobre a felicidade adulta realizado em Harvard.

Pelo menos no caso dos americanos e ingleses. De acordo com as respostas aos questionários, entre o começo da década de 1970 e o final da década de 1990 a felicidade dos norte-americanos diminuiu e a dos ingleses permaneceu a mesma, embora a renda dos EUA e da Inglaterra tenha crescido bastante no mesmo período. Blanchflower¹⁹ e Oswald²⁰ suspeitam que nos últimos 30 anos, apesar do aumento significativo de seus rendimentos, os norte-americanos tenham sofrido uma queda no sentimento de felicidade por causa do aumento do número de divórcios. Para um homem bem casado, a mulher vale em média 100 mil dólares de felicidade por ano. Separação e divórcio são fontes de depressão mais graves do que a morte da carometade.

Religião e educação superior aumentam o sentimento de bem-estar, ao passo que o desemprego é uma das principais fontes de depressão. Em média, um norte-americano precisaria receber US\$ 60 mil por ano para anular o sentimento de infelicidade provocado pelo desemprego. E a curva da felicidade tem a forma de U em relação à idade. Os níveis de felicidade mais baixos estão associados com idades entre 35 e 45 anos. Depois dos 45 a felicidade volta a crescer.

Pesquisas replicam a metodologia de Blanchflower e Oswald e confirmam muitos de seus resultados. Em parte, porque não é preciso ser um gênio nem dispor de bancos de dados para entender que as pessoas com saúde e emprego são mais felizes do que as doentes e desempregadas.

O Office for National Statistics²¹ da Inglaterra publicou o primeiro relatório do bem-estar nacional, baseado em pesquisas que perguntam às pessoas o que sentem sobre sua própria vida. A iniciativa partiu de David Cameron, que denunciou as falhas da contabilidade nacional e pediu outra medida de felicidade além do PIB.

¹⁹ David Graham Blanchflower é um economista trabalhista, atualmente professor titular de economia no Dartmouth College, Hanover, New Hampshire. Ele também é pesquisador associado no Departamento Nacional de Pesquisas Econômicas, professor em tempo parcial na Universidade de Stirling, pesquisador do Centro de Estudos Econômicos da Universidade de Munique e (desde 1999) no Instituto para o Estudo do Trabalho. (IZA) na Universidade de Bonn, e editor colaborador da Bloomberg TV. Ele foi membro externo do Comitê de Política Monetária (MPC) do Bank of England, de junho de 2006 a junho de 2009.

²⁰ Andrew Oswald foi, até recentemente, Diretor de Pesquisas Interino no Instituto IZA em Bonn e é professor de Economia na Universidade de Warwick, no Reino Unido. Ele é um pesquisador altamente citado do ISI e tem sido um membro do corpo docente do ESRC. Atualmente é membro do conselho de editores da Science. Ele ocupou cargos anteriores em Oxford, na London School of Economics, em Princeton, em Dartmouth e em Harvard.

²¹ O Office for National Statistics é o órgão executivo do UK Statistics Authority, um departamento não-ministerial que reporta diretamente para o Parlamento do Reino Unido.

Para coletar dados, 165 mil pessoas foram convidadas a dar notas de 1 a 10 em respostas às seguintes perguntas: em geral, quão satisfeito você está hoje com sua vida? Até que ponto você sente que o que você faz vale a pena? Quão feliz você se sentiu ontem? Ontem você se sentiu ansioso?

As respostas mostraram britânicos felizes. Os que têm parceiros são mais felizes do que os solteiros, viúvos ou divorciados. Os donos de casa própria são mais felizes do que os locatários. Os que têm deficiência e saúde ruim são bem menos felizes e mais ansiosos do que os saudáveis. E confirmando pesquisas anteriores, pessoas de meia-idade também são menos felizes do que as mais jovens ou as mais velhas. Ao que parece, a crise da meia-idade não é mito.

Se a moda das pesquisas sobre felicidade se firmar entre os economistas, dentro de 30 anos teremos uma série temporal com observações suficientemente numerosas para rejeitar a hipótese de que o crescimento do PIB aumenta a felicidade. Por enquanto, parece razoável admitir que medidas do PIB e da felicidade são imperfeitas e que o bom senso sugere combinar políticas de crescimento sustentável com estabilidade e objetivos sociais.

Quanto à economia solidária²², a ambição de seus atores de serem portadores de outro modelo de desenvolvimento depende da sua capacidade para fazer com que as representações da economia e da riqueza evoluam para além do mercado e do crescimento. O desafio é duplo: de um lado, mostrar como as iniciativas e as redes da economia solidária buscam benefícios coletivos específicos para a sociedade, e de outro, como contribuem para outra representação da economia. Por isso, a avaliação sobre o que constitui a riqueza de uma sociedade é essencial, segundo os critérios e modalidades de avaliação do bem comum (o que é a riqueza de um território?), mas também segundo os indicadores próprios da economia solidária (Como valorizá-la? Como medi-la?) Medir é uma coisa; administrar é outra.

2.2 EMPREGO E FELICIDADE

²² Economia solidária é definida como o "conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão." Compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Trata-se de uma forma de organização da produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital, caracterizada pela igualdade.

Originalmente, trabalhar “significava ser torturado ”e era realizado por pessoas desprovidas de qualquer posse (escravos). Na língua francesa o termo trabalho deriva da palavra, travailler “significando sentir sofrimento ou dor, que também está relacionada à realização de uma atividade difícil e exaustiva (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO, 2015).

Apesar deste nascimento traumático, o trabalho ocupa grande parte da vida adulta dos indivíduos na sociedade. Miguiluchi e Gonçalves (2013) lembram que o trabalho está presente em qualquer organização humana, desde a pré-história até os dias de hoje. Na pré-história o ser humano trabalhava para se proteger dos perigos e sobreviver. Nos tempos atuais, as pessoas trabalham para produção de bens e serviços em troca de remuneração e sustento.

Borges et [al.in] (SIQUEIRA, 2008) discute a questão do trabalho como um conceito subjetivo e complexo, que pode ser observado por várias perspectivas, sejam elas de natureza sociais, históricas, psicológicas ou filosóficas. Contudo, afirma que cada indivíduo constrói seu significado sobre o trabalho, tornando-o uma referência que confunde sua própria história pessoal e de vida com sua história laboral. As pessoas ao falarem de si, nomeiam suas funções e suas ocupações para descrever-se.

Os autores (BORGES et al., p.217) confirmam esta relação entre trabalho e trabalhador quando escrevem: “Tal construção pelo indivíduo ocorre através do processo de socialização, na qual o indivíduo ativa e criativamente, apropria-se e recombina os elementos da realidade social e material, bem como das concepções (ideológicas) do trabalho, oriundas das formas de seu tempo histórico.” Ao nos referirmos ao nascimento do termo trabalho que indicava tortura e sofrimento, a relação entre esta atividade parece ser irreconciliável com a ideia de felicidade, prazer ou mesmo realização pessoal.

Bendasolli (2007) revela este paradoxo quando discute que na cultura nacional brasileira prevalece uma relação de amor e ódio com o trabalho, refletida na busca do ideal moderno do sucesso. Este sucesso é propagado através da vida agitada, status e dinheiro. Como contraponto o indivíduo vive acossado pelo fantasma do medo do fracasso, buscando freneticamente este ideal. Sucesso e fracasso são experiências vividas, principalmente, no cenário do trabalho.

Já a palavra, Felicidade “partiu do termo grego, phyo “que quer dizer “produzir” (dicionário etimológico, 2015). O estudo da felicidade, por longos anos, pertenceu ao campo da filosofia, como conceito abstrato e hedônico. A partir do surgimento da

Psicologia Positiva passou a ser objeto de estudos privilegiado da área da Psicologia e do campo do Comportamento Organizacional (SNYDER; LOPEZ, 2009).

A felicidade é descrita como um conceito subjetivo, sendo definido por perspectivas pessoais e culturais diferentes de sociedade para sociedade. Existem correntes teóricas que acreditam que a felicidade é a busca por prazer e satisfação. Outras correntes entendem este conceito como ausência de dor e sofrimento. Há, ainda, estudiosos que escrevem sobre a felicidade como uma busca do indivíduo pelo equilíbrio na vida, por encontrar um sentido para sua existência, vivendo com paz e prosperidade. (SNYDER; LOPEZ, 2009).

Por falta de consenso o termo felicidade muitas vezes é usado como sinônimo para o termo Bem-Estar Subjetivo. Kim Prieto [et al.,] (2005) utilizaram estes termos como sinônimos em seu estudo. Para estes autores o Bem-Estar Subjetivo pode ser medido e pesquisado através da compreensão das reações emocionais e julgamentos dos eventos da vida dos indivíduos. Os pesquisadores sustentam que a sensação de bem-estar ou felicidade é uma análise subjetiva que a pessoa realiza ao recordar fatos vividos, interpretando-os como positivos ou negativos, dando pesos para as experiências, traduzindo-as como felicidade ou infelicidade.

Já, os autores que trabalham dentro da perspectiva da Psicologia Positiva, como Seligman (2012), por exemplo, postulam que há diferença entre estes dois termos. Para este autor a felicidade está inserida dentro do construto Bem-Estar, ou seja, este conceito engloba a Felicidade. Seligman (2012) define felicidade através de três aspectos: emoções positivas, engajamento e sentido na vida. Emoções positivas são os sentimentos sentidos de forma agradável como as sensações de conforto, de prazer, entusiasmo. O engajamento é entregar-se completamente a uma atividade, envolver-se. Já o sentido é envolver-se, pertencer e servir a algo maior que a si próprio, e viver conforme um propósito.

Seligman (2012) indica que a felicidade é uma medida que está intimamente ligada com a sensação de satisfação com a vida vivida. Já a definição de Bem-Estar (Well-being) incorpora estes três aspectos apresentados (emoções positivas, engajamento e sentido) e mais os construtos 'Realização e Relacionamentos Positivos'. O Autor afirma que a vida agradável e com significado não esgota o que os indivíduos buscam para si.

As Realizações Pessoais e Relacionamentos são perseguidos e fazem parte do universo humano, independente de produzirem sensações hedônicas. Estes

construtos são definidos da seguinte forma por Seligman (2012): a) Relacionamentos Positivos: é a intenção de estar com as pessoas ou relacionar-se com outros indivíduos. O ser humano é um ser gregário por natureza, busca pertencer a um grupo e estar ligada a núcleos de pertença como amigos, família, etc. Esta também é uma tendência humana que move os indivíduos independentemente dos sentimentos positivos, engajamento ou sentido na vida. b) Realização: é compreendida pela busca do sucesso, da vitória, da conquista e do domínio. O autor relembra que as pessoas que perseguem a Realização podem estar impregnadas de emoções, da busca pelo prazer ou mesmo com a intenção de dar sentido a sua vida, contudo, a realização (ou conquista) é buscada por ela própria, independentemente de produzir qualquer emoção positiva, sentido de vida ou relacionamentos positivos.

A Relação entre Trabalho e Felicidade, Rego e Cunha (2012) apontam que muitas pesquisas procuram entender o que faz as pessoas serem mais felizes que outras. As perspectivas estudadas têm orientações teóricas diversas como: - aspectos biológicos, através da neurociência, aspectos sociais - através da cultura local ou aspectos individuais, que exploram traços ou estados de personalidade. Na área das organizações, a Felicidade também tem sido objeto de pesquisa. Os autores defendem que, apesar de que um emprego ou atividade não possa ser responsável pela felicidade dos indivíduos, uma pessoa não pode ser genuinamente feliz se ela estiver infeliz no trabalho (REGO; CUNHA, 2012).

No mesmo contexto, Seligman (2012) descreve que o Bem-Estar Subjetivo ou a Felicidade podem ser conquistados e materializados através de uma vida produtiva, preferencialmente pelo trabalho. Para o autor, é através do trabalho que o ser humano pode conviver com os demais, engajar-se, buscar sentido e realização pessoal.

Bendasolli (2007, p. 60) corrobora este pensamento quando afirma que "... o mais importante, para a felicidade no trabalho, é a atividade em si, e não o modo como ela se institucionaliza." Neste contexto, o trabalho e a felicidade estão intimamente ligados, tendo uma relação interdependente entre eles. Fisher (2010) afirma que para estudar a felicidade, tanto na perspectiva individual quanto na perspectiva social, deve ser incluído o estudo da vida no trabalho. Para a autora, empresas voltadas ao bem-estar de seus funcionários, propiciam um clima organizacional que estimula o sentimento de Bem-Estar levando seus colaboradores a desempenharem suas atividades com maior comprometimento, qualidade e criatividade.

Talvez por estas questões, os temas Felicidade e Trabalho têm sido alvo de interesse dos pesquisadores na área da Administração. Coutinho (2014) acredita que o Bem-Estar Subjetivo é fator crítico para o sucesso de qualquer empresa. O autor apresenta pesquisas que confirmam que as organizações que consideram a Felicidade e Bem-Estar de seus colaboradores exibem uma melhora no desempenho, resultados econômicos mais estáveis, menores índices de rotatividade e maior engajamento entre seus funcionários.

Na intenção de compreender quais são as causas e os resultados da felicidade para as pessoas e sua relação com o trabalho, Fisher (2010) percebeu que este sentimento de bem-estar tinha consequências positivas tanto para o indivíduo quanto para a organização em que ele trabalha, melhorando o engajamento, a qualidade e o desempenho dos trabalhadores.

Segunda a autora a felicidade no trabalho é mais que a satisfação do empregado com sua função *job satisfaction*. Para ela a Felicidade dos colaboradores manifesta-se em três aspectos, a saber: satisfação no emprego, o engajamento e o comprometimento organizacional. A partir desta descoberta Fisher (2010) identificou que algumas empresas 4 promoviam ambientes felizes, conquistando resultados e desempenho elevados.

A autora denominou estas organizações como “Empresas Felizes”. Os traços comuns destas “Empresas Felizes” são: apresentam culturas apoiantes e baseadas no respeito; proporcionam lideranças competentes a todos os níveis; proporciona aos seus membros um tratamento justo, segurança de trabalho e reconhecimento; organizam o trabalho de forma que este seja interessante e motivador; Facilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências; Selecionam as pessoas de acordo com a sua adequação ao trabalho e à organização; Trabalham essa adequação através de práticas de indução e socialização; Reduzem os pequenos incômodos diários e procuram aumentar os fatores de satisfação; Persuadem os seus membros de que é possível trabalhar em ambientes não ideais, ou seja, lidam com a ideia de que as instituições não são perfeitas; Adotam práticas de gestão de alto desempenho. Cunha, Rego e Lopez (2013) e Taranowski (2011) também destacaram que a relação Trabalho e Felicidade (ou Bem-Estar Subjetivo) são cruciais para o sucesso e desempenho organizacionais. Os autores, embasados na concepção de Fischer (2010) acreditam que as “Organizações Felizes” ou “Empresa Feliz” são aquelas que

combinam gestão de alta qualidade e desempenho com uma orientação humanista em suas ações. Isto se confirma quando estes autores explicam (p. 233) que:

...boas práticas de gestão sem orientação humanizada acabam por gerar espaços organizacionais cínicos, pouco cooperativos, e pouco resilientes para enfrentar oportunidades, desafios e crises – o que, mais cedo ou mais tarde, se repercute negativamente no desempenho e na competitividade.

Rego e Cunha (2012) e Cunha, Rego e Lopes (2013) defendem que as “Empresas Felizes” revelam seis dimensões no seu clima organizacional que colaboram para o Bem-Estar Subjetivo de seus colaboradores, propiciando assim maior satisfação no trabalho, maior engajamento, menor índice de afastamento por doença dos funcionários (empresa saudável), menor rotatividade, maior estabilidade financeira das organizações.

As seis dimensões que colaboram para um clima organizacional que propicia bem-estar dos empregados são: a) Cuidado/Espírito de Camaradagem: os funcionários são vistos nas suas necessidades e sentem o respeito e a amizade de seus colegas; percebem que seus colegas atuam com atenção e amizade. b) Verdade e Apoio compassivo: a comunicação é baseada na verdade, sendo fluida. Os trabalhadores apoiam-se mutuamente, sendo compreensivos com aquelas que enfrentam problemas ou dificuldades. c) Perdão: os trabalhadores reconhecem os deslizes e os erros de seus colegas, mas tomam atitudes de entendimento e evitam culpar uns aos outros pelas falhas que ocasionalmente ocorrem. d) Inspiração: Os colegas servem de inspiração uns aos outros no trabalho. e) Significado: O trabalho realizado pelas pessoas tem relevância e significado para as suas vidas, dando sentido a elas. f) Gratidão e confiança: Os trabalhadores tratam-se mutuamente com respeito e apreciação mútua.

Outro aspecto relevante apontado pelos autores para a conquista e manutenção do sentimento de Felicidade dos trabalhadores é a conciliação entre trabalho e família. Quando existe conflito nesta área o empregado fica propenso ao estresse, ao desinteresse e a baixa produtividade. Por outro lado, quando existe a possibilidade de conciliação trabalho-família, os funcionários sentem-se apoiados pela organização, mais fortemente engajados em seus papéis profissionais, valorizando a empresa e seu trabalho, fortalecendo sua autoestima e senso de competência.

Estes sentimentos positivos produzem a sensação de Bem-Estar Subjetivo e Felicidade (REGO; CUNHA, 2009). Apesar de crescentes pesquisas que demonstram estar preocupadas com o bem-estar e felicidade dos trabalhadores, Cunha, Rego e Lopez (2013) lembram que os estudos humanistas e focado na positividade e nas forças das pessoas e organizações convivem com um olhar tradicionalmente negativo que trata os sujeitos como meros recursos a serem administrados.

Jack Welch²³, autor influente na administração atual, admite em seu livro “Paixão por Vencer” que a felicidade dos colaboradores são discursos interessantes das organizações para atraírem funcionários. Contudo, na prática, as empresas esperam que o equilíbrio entre vida pessoal e trabalho seja um problema exclusivo do empregado e que estas questões não são bem-vindas ao contexto da empresa.

Welch (2005, p. 288), dirigindo-se ao leitor individual, aconselha:

... a mais alta prioridade de seu chefe é competitividade. Evidentemente, ele quer que você seja feliz, mas apenas na medida em que contribuir para a vitória da empresa. Na verdade, se ele (o funcionário) estiver trabalhando bem, o seu trabalho, por sua vez, será tão vibrante que sua vida pessoal se transformará em algo menos premente.

Com a intenção de valorizar as pessoas e sua contribuição no contexto organizacional, os estudos com o tema da Felicidade e Bem-estar Subjetivo no trabalho podem indicar um caminho alternativo para as empresas que desejem desenvolver práticas de gestão e criação de ambientes organizacionais mais humanos. Este cenário humanista tem-se mostrado eficaz em promover aumento do desempenho dos trabalhadores, bem como um diferencial competitivo acompanhados com resultados econômicos – financeiro almejado. Como apontam os autores Cunha, Rego e Lopez (2013, p. 323) as conquistas das empresas com foco no potencial humano e sua atenção à felicidade e Bem-Estar de seus funcionários leva a concluir que “... pode ser bom se bom”

2.3 CONSUMO E FELICIDADE

²³ John Frances Welch Jr. (Salem, 19 de novembro de 1935) é um executivo estadunidense. Autor de vários livros e atualmente presta consultoria para um grupo selecionado de CEO dos 500 da Revista Fortune.

O que faz você feliz? O questionamento não está ligado ao que você pode comprar pra ser feliz, nem do que parece ter a distância de um sonho impossível, muito menos do *slogan* da campanha de uma renomada rede de supermercados, mas sim daquela felicidade espontânea, que mora dentro de cada um de nós. Se você acha que o consumo traz felicidade, poderíamos dizer que a população da região Sudeste, que segundo dados do IBOPE, é onde apresenta maior potencial de consumo, em especial São Paulo, seriam as mais felizes do Brasil, correto? Mas nem sempre as coisas são tão proporcionais assim, segundo pesquisa realizada recentemente pela Faculdade de Medicina na USP, na região metropolitana de São Paulo 19,9% da população apresenta algum transtorno de ansiedade e 11% de depressão, em outra matéria, publicada pelo site www.saude.ig.com.br, aponta que esses índices são semelhantes a áreas de guerra como o Líbano e a Síria.

Os gastos com consumo na região Sudeste do país devem chegar a R\$ 793 bilhões em 2013, um avanço de 15% em comparação com 2012 e o que equivale a 18% do Produto Interno Bruto (PIB)²⁴

Ao assistir televisão, por mais ou menos uma hora, somos várias vezes estimulados a pensar sobre questões ligadas a autoestima e ao bem-estar. Várias vezes ao dia, somos levados a entender que o consumo é necessário para ser feliz, seja isso na rua, na internet, nas revistas etc. Na maioria das vezes nem percebemos o quanto estamos sendo manipulados pela mídia do consumo pelo apelo emocional. A mídia faz crer que os desejos são necessidades, "compramos" essa ideia como verdade e então trabalha-se cada vez mais para atender esses desejos, isso quer dizer que na mesma proporção que o consumo cresce, diminui a interação social, o tempo com a família e a experiência nos pequenos prazeres, aumentando a ansiedade e o estresse, o que temos como resultado é uma sociedade consumidora e infeliz.

O problema de comprar muito não está apenas ligado a remediar vazios existenciais, mas também aos problemas ambientais do descarte do que já se tornou obsoleto mesmo sendo novo, não há mais espaço para alocar tantos produtos no planeta e continuamos produzindo, consumindo e descartando. Em todo canto do mundo, estamos sendo convidados a repensar comportamentos, rever conceitos de normalidade e refletir sobre nossos comportamentos.

²⁴ - fonte www.ibope.com.br/pt-br/noticias.

O consumo é necessário ao ser humano, sempre existiu e sempre existirá, porém o consumo consciente é uma necessidade atual urgente, saber se na fabricação do produto houve respeito ao meio-ambiente, se não é proveniente de trabalho escravo, se tem uma durabilidade satisfatória e se está relacionado a uma necessidade real de tê-lo.

Consumo e o consumismo embora sejam parecidos, são coisas diferentes. Consumir é algo extremamente necessário e natural na vida das pessoas, pois para viver é preciso consumir coisas que são essenciais à existência humana, como por exemplo, roupas, comidas, moradia etc., aquelas que realmente precisamos para viver de uma forma digna na sociedade. Já o consumismo é algo além disso, podemos dizer que é algo exagerado, ou seja, pessoas que compram coisas que não precisam, simplesmente pelo prazer de comprar.

Há também diversas influências ao consumismo, como por exemplo, várias empresas por meio de propaganda e da publicidade (TV, cinema, internet etc.) exercem nas pessoas um poder de convencimento que as levam ao consumismo, induzem a pessoa a gastar tudo aquilo que tem em produtos que muitas das vezes não é o melhor e nem o necessário para ela. Produtos que não são tão úteis, mas trazem status e fazem a pessoa se sentir inserida em uma realidade que por vezes não é a dela.

O consumismo traz uma felicidade momentânea, onde as pessoas compram por impulso. Isto traz felicidade sim, só que na maioria das vezes acaba rápido, podendo até trazer transtornos à vida da pessoa, tendo como exemplo as dívidas, tornando a felicidade em infelicidade. O cartão de crédito e as compras em longo prazo fazem parecer barato coisas que não são tão baratas assim, e isso vai acumulando até se tornar uma bola de neve.

Felicidade mesmo é poder ter dinheiro para sobreviver e viver bem de acordo com o que podemos e não com o que queremos. Portanto, o dinheiro nem sempre traz a felicidade que desejamos, pois, gastar em excesso lhe traz uma felicidade por tempo limitado, e consumir de maneira simples e controlada nos faz viver em paz e verdadeiramente feliz. A felicidade tem uma longa tradição também na economia. De fato, a economia nasce nos países mediterrâneos como ciência da “felicidade pública”, onde o termo público punha em relevo também a natureza social da felicidade.

O interesse pela felicidade é um tema comum nos economistas italianos, em especial nos napolitanos, do século XVIII. “Todos os nossos economistas — escrevia no final

do século XIX o economista italiano Achille Loria — se ocupam não tanto, como Adam Smith, com a riqueza das nações, quanto com a felicidade pública” (Loria, 1904, p. 85). Encontramos a felicidade no título dos tratados de Giuseppe Palmieri (*Riflessioni sulla pubblica felicità*, 1787), de Ludovico Muratori (*Della felicità pubblica*, 1749), ou na obra de Pietro Verri, que sublinhava que “o discurso Sobre a Felicidade tem por objeto um assunto muito comum, sobre o qual muitos já escreveram” (Verri 1963, p. 3)

Embora devamos concordar com Achille Loria quando diz que a “felicidade pública” foram predominantemente uma realidade mediterrânea, seria incorreto afirmar que ela não se encontra também em importantes pensadores anglo-saxões: basta pensar em Bentham e na tradição utilitarista (ainda que, com Bentham, tenhamos a equiparação de happiness e utility [felicidade e utilidade], e, com isso, a perda da dimensão social da felicidade dos mediterrâneos; cf. Bruni, 2001).

Também na França filósofos-economistas como Jacques Necker (1732-1804), Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781), Marquês de Condorcet (1743-1794), Jean de Sismondi (1773-1842), dedicaram estudos ao tema da felicidade.

Durante dois séculos a felicidade foi (pelo menos aparentemente) eclipsada pelo horizonte da reflexão econômica, e hoje o seu retorno é um dos fenômenos mais interessantes da teoria econômica. Esse retorno do interesse dos economistas pelo tema da felicidade deve-se à emergência de um fato novo. Desde sempre os economistas, e todo homem de bom senso, reconheceram a verdade antiga de que o dinheiro não traz a felicidade; mas, diziam, ajuda bastante.

Por isso, sobretudo na tradição anglo-saxônica, a economia configurou para si mesma um âmbito menos complexo do que o da felicidade, a riqueza ou o bem-estar (econômico), sabendo, porém, que grande parte da felicidade das pessoas dependia de fatores não-econômicos, não tinha preço e não passava pelo mercado. A hipótese, em geral implícita, que estava por detrás dessa opção metodológica era a de que o aumento da riqueza, ou do bem-estar econômico, embora nem sempre levasse a um “proporcional” aumento da felicidade, também não provocava uma sua diminuição.

O fato novo que está emergindo nos últimos anos é justamente essa relação perversa entre aumento da riqueza (renda) e felicidade: em certos casos, possuir mais riqueza nos faz mais infelizes. É dessa “novidade” que os estudiosos contemporâneos partiram nos estudos sobre a felicidade, um tema cada vez mais presente entre os economistas: “Economistas com diversos backgrounds [...] todos creem que a

felicidade deva ter, de novo, um lugar mais central na ciência econômica” (Dixon, 1997, p. 1812) que, em última análise, não se refere à felicidade dos homens não faz parte dessa ciência [...].

A massa dos ingleses parece se esquecer, junto com os filósofos, de que o aumento das riquezas não é o escopo da economia política, mas o meio de que ela dispõe para levar a felicidade a todos” (Sismondi, 1974, pp. 407; 408-409). O economista clássico Malthus, em 1798, em seu famoso Ensaio sobre o princípio da população, criticava Smith justamente por ter colocado em segundo lugar o tema da felicidade, considerando-a simplesmente como uma consequência de maiores riquezas e maior consumo.

Essa afirmação de Dixon, o coordenador da controvérsia sobre “Economics and Happiness” veiculada pelo Economic Journal, contém duas teses interessantes: a) A ideia de que a felicidade teve, no passado, um papel central; Dixon, de fato, cita em nota a “felicidade pública” dos napolitanos do Século XVIII; b) A ideia de que hoje ela não tem mais esse papel central; daí a novidade do tema.

De fato, entre a felicidade dos primeiros economistas e a happiness de hoje há muito pouca coisa em comum, além do nome; não é exato afirmar que a happiness, além do nome, não ocupe um papel na economia contemporânea. Sobre o consumo e a felicidade, Em síntese, e com alguma necessária simplificação, o debate atual sobre “economics and happiness” [economia e felicidade] pode ser compendiado nestes pontos:

A felicidade é algo diferente dos meios econômicos com os quais cremos persegui-la. Isto é, podemos ser ricos e infelizes: A relevância do suporte econômico é que ele pode ser um meio para um fim. Esse fim não é o consumo de hambúrgueres, nem a acumulação de televisores, nem a avidez por altas taxas de juros (nos investimentos), e sim o enriquecimento do sentimento de bem-estar da humanidade. As coisas econômicas só interessam à medida que tornam as pessoas mais felizes. (Oswald, 1997, p. 1815)

O mesmo conceito, que remete imediatamente à concepção aristotélica e clássica da felicidade como eudaimonia (fim último), é reforçado por Iew-Kwang Ng: Nós queremos dinheiro (ou outras coisas) só como meio para aumentar a nossa felicidade. Se ter mais dinheiro não aumenta substancialmente a nossa felicidade, então o dinheiro não é muito importante; a felicidade o é. (Ng, 1997, p. 1849) Daí o interesse dos economistas pelo paradoxo: maior riqueza/ renda acompanhada de menor felicidade. 2. A happiness é a valorização da própria vida em seu conjunto (“as a whole”): portanto, felicidade é algo distinto do “momentâneo sentimento de prazer”.

3. Na maioria dos autores contemporâneos que se ocuparam da Felicidade constata-se uma falta de precisão na própria definição de felicidade. Em especial, felicidade é usada como sinônimo de prazer, “welfare” [bemestar] (Ng 1997), ou de subjective well-being (Frank, Oswald), e também de satisfação. Escreve, por exemplo, Easterlin (com a intenção de conseguir a concordância de todos).

Luigino Bruni, A felicidade está associada ao consumo relativo: ela depende de quanto o nosso consumo se diferencia daquele dos “semelhantes” (Frank, 1999). Esse ponto, aprofundado hoje sobretudo pelo economista norte-americano Robert Frank, merece uma atenção especial.

Consumo “vistoso” e competição “posicional” A contribuição de Robert Frank oferece outros elementos para o tema específico sobre o consumo, que estamos procedendo. Frank trabalha há anos em cima da teoria econômica do consumo, procurando mostrar que os comportamentos de consumo são mesclados com elementos relacionais (Frank, 1999).

Uma tese que provavelmente não é nova, mas que parece interessante pelas ligações entre consumo, dinâmica interpessoal e felicidade. O primeiro passo da análise de Frank é afirmar a natureza fortemente relacional de muitos (e dos mais relevantes) atos de consumo: o grupo a que se pertence, o status, a posição relativa na hierarquia social, são fatores decisivos para se compreender a natureza do consumo.

É o “consumo relativo”, ou seja, a diferença entre o consumo nosso e o dos outros (próximos de nós), e não o nível absoluto, que aumenta ou diminui a nossa felicidade. Era essa tese que estava presente nos escritos de filosofia social de J. M. Keynes, e na sua distinção entre necessidades “absolutas” (as basic needs) e “relativas” (aquelas que derivam das interações sociais), mas sobretudo a encontramos na categoria do “consumo ostentativo” de T. Veblen (1899), predecessor de Frank na Cornell University de Ithaca (EUA); Frank, em seus escritos, reconhece muito pouco o quanto deve a Veblen.

A corrida desenfreada e irracional por um aumento do consumo para diferenciar-se dos semelhantes era, para Veblen e Keynes, uma das principais razões que faziam prever a crise e o ocaso do sistema capitalista.

O conceito pode ser encontrado também no livro Economia e Felicidade, do economista e sociólogo alemão Robert Michels: “A melhora econômica de uma classe não penetra na consciência dela a não ser quando a melhora é pela menos

proporcional à das outras classes... A comparação, por sua própria natureza, mata a felicidade que ainda está despontando...’

Uma vez alcançado um certo grau de bem-estar ou nível de renda, o aumento do prazer Sobre o consumo e a felicidade Frank move-se na mesma linha de pensamento: Os estudiosos do comportamento encontraram uma evidência sugestiva, isto é, que uma vez alcançado um patamar de renda, o nível médio de satisfação em cada país é substancialmente independente da sua renda per capita. (Frank, 1999, p. 75)

A ideia de fundo que anima o seu último livro é construída em torno de um dilema: o que conta em termos de subjective well-being (que para Frank é sinônimo de happiness) é a posição relativa: esse fenômeno sociopsicológico produz competição posicional que se resolve num jogo de soma zero: “*Smart for one, dull for all*” (bom para um, ruim para todos).

A competição posicional só leva a uma redistribuição da felicidade, mas a “felicidade pública” não aumenta, antes pode até diminuir: o dilema, por isso, consiste no fato de que enquanto cada indivíduo pode ir para frente em termos relativos, a sociedade no seu conjunto não pode fazê-lo (Idem, p. 104): existe, pois, um conflito entre felicidade privada e felicidade pública.

As consequências da análise de Frank para a teoria econômica: A importância maior do consumo “relativo” em comparação com o consumo absoluto (o único considerado pela ciência econômica convencional) (Idem, pp. 128-129). Nós podemos preferir ter 100 [reais] a ter 110 se as pessoas com as quais convivemos têm 95, mas não nos contentamos com 110 se os outros têm 150. por meio da economia está praticamente excluído” (Michels, 1918, pp. 135, 138). Michels, depois, acrescenta uma interessante consideração:

O rico pode sublimar as suas necessidades econômicas assumindo o caráter de mecenas, de benfeitor social ou de colecionador, e tirar delas novas formas de satisfação. Se, porém, lhe faltam as atitudes e as disposições para realizar essa sublimação, e se, ao invés, fica restrito a mover-se no terreno econômico propriamente dito, o arquimilionário não é capaz de fazer com que os seus milhões trabalhem, no sentido de um contínuo aumento das chances de felicidade. A felicidade não acompanha pari passu o aumento do bem-estar. (Idem, pp. 144-145).

A ideia de fundo é que se o indivíduo dá muita atenção à própria renda, em termos relativos, no momento em que a renda dos outros aumenta ele será incentivado a

buscar um novo trabalho ou a trabalhar mais horas. Para demonstrar tal teoria, Frank cita um estudo sobre o comportamento das irmãs, procurando resposta para a pergunta: a decisão de uma mulher de trabalhar fora de casa pode depender das condições econômicas da irmã? A economia ortodoxa diria que não. Todavia, os dados confirmam que as mulheres são mais propensas a trabalhar fora de casa, num percentual em torno de 20%, se o marido da irmã ganha mais do que o seu. Por meio da economia está praticamente excluído” (Michels, 1918, pp. 135, 138). b) Nem sempre, na realidade social, funciona a “mão invisível” de Smith. Às vezes, e com mais frequência, a busca do interesse pessoal egoísta leva a uma diminuição da felicidade pública (isso foi dito pelos antigos economistas napolitanos).

Frank aduz no capítulo 9 diversos exemplos, entre os quais o do jovem que, durante um concerto, fica de pé (para melhorar a sua posição relativa), e isso produz o efeito de que todos, no estádio, vão fazendo a mesma coisa, e passam a ver o concerto em pé (com a diminuição geral da felicidade pública); “berrar” nas festas, pelo simples fato de que “individualmente” cada um é estimulado a se fazer entender por quem está próximo, com a consequência de que a poluição sonora na sala aumenta consideravelmente, levando todos a fazerem o mesmo etc.: “A minha tese... é que o conflito entre indivíduo e grupo é a mais importante explicação para o desequilíbrio nos nossos atuais planos de consumo” (Idem, p. 158).

c) Importante, para o nosso tema, é a categoria (retomada por T. Veblen, 1899) do *inconspicuous consumption* (consumo não-vistoso), oposto a *conspicuous consumption* (consumo vistoso): Uso a expressão *inconspicuous consumption* para descrever atividades que são pouco atraentes na moderna vida industrial.

A característica peculiar do *inconspicuous consumption* é a seguinte: no confronto com a satisfação proveniente do *conspicuous consumption*, a recompensa que deriva do *inconspicuous consumption* depende muito pouco do contexto. (Idem, p. 165) Típico *inconspicuous consumption* é o tempo “gasto” com amigos e a família, ou em atividades de voluntariado. O certo é que a felicidade “pública” é favorecida pelo aumento do consumo não-vistoso, em detrimento do vistoso (Idem, p. 187)

Nota-se facilmente que os exemplos citados por Frank se explicam bem com a simples lógica do “dilema do prisioneiro”; mas o aspecto interessante é que eles são colocados dentro de uma teoria onde a posição relativa é a variável-chave.

Frank vê com simpatia o “*Voluntary simplicity movement*”, inspirado no slogan “less is more” (1999, pp. 188s.). Sobre o consumo e a felicidade. Quais bens? Consumir ou

dar? Uma interpretação interessante do porquê, em muitas sociedades “avançadas”, se assiste à diminuição da felicidade traz à cena o conceito de bens relacionais, isto é, aqueles bens produzidos pelas relações, por “encontros” nos quais a identidade e as motivações do outro com o qual interajo são elementos essenciais na criação e no valor do bem — a amizade é um típico bem relacionado.

Acabamos de ver com Frank que os bens demandados de modo crescente nas sociedades avançadas são, ao invés, os bens posicionais, bens que são úteis pelo status que criam, pela posição relativa na escala social que o seu consumo permite ocupar (daí a expressão bens posicionais). O conceito de bem posicional foi introduzido na economia, nos anos 70, por Fred Hirsch.

A satisfação que os bens relacionais conferem não está tanto ligada ao seu uso, mas ao fato de que o seu consumo representa um rótulo com o qual me posiciono em relação aos outros. É preciso notar que também esses bens são, de certo modo, “relacionais” — na ilha deserta, Robinson jamais demandaria bens posicionais, porque para usufruir deles há a necessidade de alguém que observe o seu consumo.

Enquanto, porém, nos bens relacionais a presença e a relação com o outro é do tipo cooperativo, de reciprocidade (a partir de uma relação de amizade, todos os parceiros aumentam a sua “satisfação” com o “consumo” desse bem: é um jogo com soma positiva), no bem posicional a característica essencial é a competição “posicional” (se o novo computador PC aumenta a minha satisfação, a satisfação conferida ao meu colega pelo seu PC diminui: a interação é um “jogo de soma zero”, como o jogo de pôquer).

Mas por que — poderíamos nos perguntar — a competição posicional ou o consumo dos bens posicionais é típica das sociedades com renda elevada? Os antropólogos fazem-nos saber, de fato, que em todos os tipos de sociedade existe o consumo posicional, e em geral o conceito de bem relacional ainda não foi definido de modo unívoco. Ele é usado pelos autores com significados diferentes, sem que entre os vários significados haja necessariamente coerência.

Um estudo analítico importante sobre o conceito de bem relacional pode ser encontrado em Gui (2001). O conceito de bem relacional ainda não foi definido de modo unívoco. Ele é usado pelos autores com significados diferentes, sem que entre os vários significados haja necessariamente coerência.

Até as práticas de doação têm como principal escopo o de “ostentar” altos níveis de consumo e reforçar o próprio status. Em sua Teoria da classe ociosa (1899), Veblen,

o autor que inaugurou a tradição de estudos em que hoje Frank se posiciona, oferecia uma resposta interessante: a despersonalização das relações interpessoais, coisa típica das sociedades modernas, é que leva a um maior consumo posicional.

Nos vilarejos ou nas pequenas comunidades o status é comunicado através de redes pessoais, e os meios para ostentar a própria posição social são múltiplos. Nas anônimas sociedades contemporâneas — hoje mais do que nas sociedades descritas por Veblen — os bens de consumo são quase que os únicos meios para dizermos o que somos e para nos situarmos socialmente: a compra de um carro, a casa luxuosa, servem para dizer algo ao vizinho que não conheço; o telefone celular de última geração serve para dizer algo de nós aos colegas, e assim por diante;

A competição posicional que nas anônimas sociedades de hoje só pode ser alimentada pelos bens. A passagem da análise do consumo e dos bens posicionais para a análise da felicidade é imediata. O trabalho de Robert Lane (2000) pode nos ajudar nessa passagem.

Ele parte das análises empíricas sobre a felicidade, em particular da Loos of happiness in market democracies (como diz o título do seu último livro), e dá a sua resposta ao porquê um aumento de renda pode ser acompanhado de uma diminuição da felicidade.

Ele, mais do que todos os autores contemporâneos que tratam da felicidade, liga a falta de felicidade à diminuição do “consumo” de bens relacionais: “Muitos, talvez a maioria, dos prazeres da vida não têm preço, não estão à venda, e assim não fazem parte do mercado” (Lane, 2000, p. 59).

Mas, então, se a renda (nas sociedades avançadas) não está sensivelmente ligada à felicidade, de que esta depende? “A principal resposta é que ela depende da companhia (companionship)” (Idem, p. 77). Lane, porém, não amplia a discussão sobre o motivo de a felicidade depender da companionship. Um passo adiante é dado por um dos autores do recente número do Journal of Economic Behavior and Organization. Charlotte Phelps (2001) afirma, baseando-se em pesquisas junto à Sobre o consumo e a felicidade sociedade norte-americana, que a diminuição da felicidade é fruto de uma diminuição da capacidade de altruísmo, da capacidade de dar. Parece, pois, verdadeira — também para os economistas — a antiga regra contida no Novo Testamento: “Há mais alegria [felicidade!] em dar do que em receber”. Genovesi, como vimos, foi mais longe do que Phelps, identificando a felicidade com o “fazer os outros felizes”:

trabalhai pelo vosso interesse; ninguém poderia operar diferente, a não ser pela própria felicidade; seria um homem menos homem: mas não queirais contribuir para a miséria alheia; e, se puderdes, procurai fazer os outros felizes. Quanto mais agimos por interesse, tanto mais — a não ser que sejamos loucos — devemos ser virtuosos. É lei do universo que não podemos fazer a nossa felicidade sem fazer também a dos outros. (Genovesi, 1963, p. 449)

A Economia da Felicidade também analisa o papel do consumo na satisfação das pessoas. Como lembra Frey (2008), o dinheiro é valorizado pelo status que gera, mas principalmente porque permite a aquisição de mais bens materiais e serviços. No entanto, vários conceitos da psicologia desafiam a ideia de que mais consumo gera mais bem-estar.

Para o psicólogo agraciado com o Prêmio Nobel de Economia Daniel Kahneman, o conceito de “ilusão de foco” (*focusing illusion*) é um conceito científico tão importante que deveria ser amplamente popularizado. Também conhecido como “focalismo” (*focalism*), esse conceito se refere a um viés cognitivo que ocorre quando muita atenção é dada a um único aspecto de uma situação, gerando uma previsão errada sobre o bem-estar futuro.

Na presente discussão, este aspecto seria o consumo de um bem material e a situação, de maneira ampla, a satisfação de um indivíduo com a sua vida. A ilusão de foco seria uma das causas do que Wilson e Gilbert (2003) chamam de “erro de previsão afetiva” (*affective forecasting error*), que ocorre quando os indivíduos erram ao imaginar o seu futuro estado emocional, e que pode ter como consequência más escolhas ou decisões (*miswanting* no termo criado por Wilson e Gilbert). Tais conceitos explicariam porque o consumo de vários bens materiais não eleva os níveis de felicidade: os indivíduos superestimam a importância que a aquisição de bens materiais, por exemplo, o carro do ano, terá em seu bem-estar.

Nesse sentido, André Lara Resende critica a ênfase dada a esse consumo: “Já não faz mais sentido associar desenvolvimento exclusivamente ao crescimento e ao aumento do consumo material”. O economista considera que, ultrapassado um determinado nível de renda, “a qualidade de vida não está mais necessariamente associada ao consumo material”.

Para ele, as políticas públicas devem ser revistas para que se alcance o bem-estar. Esta revisão não implica a escolha por menos crescimento, mas por “mudança na composição do produto, um aumento do peso dos serviços – mais entretenimento,

mais esporte, mais educação, mais saúde, mais música”, concluindo que as indústrias do setor de serviços liderarão o crescimento no futuro.

3 FELICIDADE PARA ALÉM DE QUESTÕES ECONÔMICAS

3.1 FAMÍLIA E FELICIDADE

Uma pesquisa feita pelo SPC Brasil e pelo portal de educação financeira "Meu Bolso Feliz" indica que sete em cada dez brasileiros (69%) preferem um estilo de vida com mais tempo para a família, mesmo que isso implique em ter um salário menor. De acordo com a pesquisa, 20,6% dos brasileiros afirmam preferir ter mais dinheiro, mesmo que tenham que trabalhar bastante para isso e não tenham tempo para a família, seus amigos e lazer. Entre os jovens, esse percentual é ainda maior, de 28,4%.

Do total dos entrevistados, 51,3% preferem deixar de comprar roupas, calçados e outros itens para viajar, principalmente pessoas das classes A e B e que possuem alta escolaridade. Outros 26% indicam preferir poder comprar tudo o que desejam no lugar de viajar - alternativa mais escolhida por jovens, pessoas de baixa escolaridade e pertencentes às classes C, D e E.

Segundo a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, é possível perceber que a valorização da experiência como meio para alcançar a felicidade, em detrimento do consumo, é mais comum entre os mais velhos. “São eles os que mais dizem ser felizes e também os que mais acreditam que a felicidade está ligada, principalmente, a ter mais tempo junto aos familiares”, diz Kawauti. “Ao mesmo tempo, os jovens são mais conectados à ideia de posse e de consumismo. Nas classes sociais mais baixas também ocorre algo semelhante, talvez porque essas pessoas ainda não tenham alcançado o patamar de consumo ao qual desejam chegar”, explica a economista, em nota. Em maio de 2015, foram ouvidas 605 pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos e pertencentes às classes A, B e C, nas 27 capitais.

3.2 INSTITUIÇÕES E FELICIDADE

De maneira ampla, instituições são entendidas como os mecanismos que moldam o comportamento dos indivíduos – ou “as regras do jogo”. Assim, em ciências sociais, o

termo “instituições” tem uma acepção particular e não deve ser confundido, por exemplo, com órgãos públicos. Muitos pesquisadores descobriram efeitos importantes de boas instituições no bem-estar subjetivo.

Frey (2008, pág. 64) conclui que as “instituições democráticas aumentam o bem-estar das pessoas consideravelmente”. Uma parte importante deste efeito se daria na “utilidade processual” (*procedural utility*), conceito muito difundido na Economia da Felicidade que explicaria o efeito desse e também de outros fatores na satisfação individual.

De maneira diversa da utilidade concebida na teoria econômica tradicional, em que predomina a importância de resultados (objetivos), a utilidade processual contempla a satisfação que decorre das situações que levam a um resultado, e não apenas a que decorre do resultado. No caso da democracia, por exemplo, existiriam ganhos porque o processo democrático traria como resultado decisões mais próximas das preferências das pessoas (utilidade “tradicional”) e também porque os cidadãos apreciam participar do processo (utilidade processual).

Outras instituições importantes verificadas pelos estudos incluem honestidade, eficiência, ausência de corrupção e a existência de um Estado de Direito, além de mecanismos de participação democrática mais direta.

3.3 QUESTÕES URBANAS E FELICIDADE

O estudo da felicidade mostra também que existe uma forte relação negativa entre o tempo gasto no percurso casa-trabalho e os níveis de felicidade. O resultado é observado mesmo quando são controladas outras variáveis, como a renda.

Stutzer e Frey (2007), ao observarem a relação, a definiram como “O paradoxo do deslocamento casa-trabalho” (*The commuting paradox*). Eles argumentam que, apesar de para a maioria das pessoas tal deslocamento ser um fardo mental e físico, na teoria econômica o tempo gasto com o percurso seria apenas mais uma decisão racional tomada pelos indivíduos.

De acordo com o prescrito pela Economia Regional e pela Economia Urbana, não deveria haver desutilidade em morar longe do trabalho, já que, em contrapartida, haveria ganhos de utilidade, por meio de um custo de vida menor (imóvel residencial mais barato) ou de um emprego com remuneração maior (em linha com o que o conceito da Economia do Trabalho de diferenciais compensatórios).

Entretanto, a observação empírica foi de encontro com a teoria, e, mantidas outras variáveis constantes, o nível de bem-estar individual é negativamente afetado pelo tempo gasto com a viagem – verificando-se o paradoxo. Também Kahneman et. al (2004) verificou, em uma amostra composta apenas por mulheres, que o período gasto no trajeto matinal casa-trabalho foi o mais associado com emoções negativas, a frente até mesmo do período no próprio trabalho e do período gasto com tarefas domésticas.

As perdas de bem-estar ocorreriam porque, além de estar associado a um maior custo financeiro, um tempo maior no deslocamento casa-trabalho implica menor tempo de lazer. Os efeitos negativos do deslocamento casa-trabalho não se limitam, porém, apenas aos aspectos financeiro e de lazer.

Koslowsky et. al (1995) associam um maior tempo no trajeto casa-trabalho a problemas de pressão sanguínea, angina, dores crônicas (transtornos musculoesqueléticos), ansiedade e raiva, além de problemas cognitivos. Entre as condições que causam reações físicas e emoções negativas estão o desconforto com a temperatura, a existência de multidões, barulho e poluição. Todas são características notórias do transporte público nas grandes cidades do país.

Para Kahneman (2011, pág. 395), as descobertas sobre o efeito do deslocamento casa-trabalho no bem-estar têm implicações para a sociedade e ele defende que “um transporte melhor para a força de trabalho” está entre as maneiras relativamente eficientes de elevar o bem-estar da população. A inserção em comunidades é um dos principais fatores relacionados à felicidade para a Psicologia Positiva – ramo da psicologia que, em vez de focar em patologias, estuda, entre outras coisas, o bem-estar. Para Frey (2008, pág. 154), existe na Psicologia Positiva um “reconhecimento de que as pessoas e experiências integram um contexto social. Comunidades positivas como a igreja ou a família são consideradas fatores importantes para alcançar a felicidade.” Assim, um desenho urbano que privilegie a convivência e dê espaço a essas comunidades contribuiria positivamente para o bem-estar individual. Para Helliwell, espaços públicos que permitam a convivência agradável geram cidadãos mais felizes. Para Carter e Gilovich (2010), “aquisições de experiências” tendem a deixar os indivíduos mais felizes do que aquisições materiais. Os autores concluem que fortes conexões sociais, como as decorrentes de organizações recreativas e cívicas são “essenciais” para o bem-estar psicológico.

Para Gilovich, o resultado sugere que as políticas públicas devem permitir que os cidadãos tenham essas experiências e opina que as comunidades devem ter “parques, trilhas e assim por diante que promovam experiências que produzam satisfação real”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo de pareceres teóricas percorridos neste trabalho, permitem uma reflexão crítica sobre a existência de mais fatores na vida dos indivíduos que correspondem a sua felicidade. Em relação aos outros fatores estritamente econômicos por trás da satisfação individual, o estudo da felicidade prescreve que o consumo pode ter efeitos sobre a felicidade quando corresponde à compra dos bens essenciais, acima deste ponto a posse gera anseios de mais compras.

Já o emprego é a variável que mais impacta na felicidade, pois representa para os indivíduos um fracasso em termos profissionais. O risco de perder o emprego e a posição de desempregado frente aos semelhantes empregados também causa quedas bruscas na felicidade de um indivíduo.

Como toda a pesquisa que iniciou com um questionamento, esta monografia permitiu encontrar algumas respostas para os determinantes da felicidade dos indivíduos em fatores que vão além da renda – reconhecida pelo senso comum como o principal impulsionadora da satisfação com a vida dos indivíduos. A expansão da análise para outros fatores econômicos e não econômicos permitiu reconhecer a importância dos fatores PIB, emprego, consumo, família, instituições, e questões urbanas como influentes na felicidade dos indivíduos.

A Economia da Felicidade, ao oferecer um conhecimento mais amplo dos fatores que determinam a felicidade dos indivíduos, permite extrapolar as premissas do senso comum – renda como sinônimo de felicidade – e traz à tona uma maior compreensão dos processos psicológicos básicos, permite a promoção de iniciativas focadas na melhoria da qualidade de vida e pode oferecer uma forma adequada de avaliação das políticas sociais e econômicas centradas no desenvolvimento econômico.

Conforme Frey, caberia aos resultados do estudo da felicidade prover “*inputs*” ao processo político: “Esses *inputs* devem ser colocados à prova na competição política e no debate entre os cidadãos, e entre os cidadãos e os políticos.” (pág. 181).

Dessa forma, a visão das pesquisas em felicidade competiria com outras visões, deixando para o processo político a atribuição de tomar a melhor decisão a respeito

de quais resultados devem ser incorporados. Com isso, ainda segundo Frey (2008, pág. 182): “O perigo de paternalismo estatal desaparece e os indivíduos recebem a chance de determinar por si como eles escolhem elevar o seu bem-estar”.

Assim, como mostrado no texto, os resultados de muitas pesquisas podem ser úteis ao debate de políticas públicas de várias áreas no Brasil, sem passar por cima de outros argumentos ou de outras políticas públicas que não se liguem à felicidade. Para o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, por exemplo, a economia ainda é muito importante, mas ele espera que ela “deixe de ocupar o lugar de proeminência que ocupa hoje no debate brasileiro para que a gente possa focar em questões ligadas à cidadania, à realização humana, à felicidade.” O pensamento de Giannetti em relação ao crescimento econômico seria ilustrativo: expandido para outras áreas estaria sendo consoante com o estado atual da Economia da Felicidade, que reconhece a importância de temas atualmente em debate, mas ressalta áreas para onde a nossa atenção deve migrar.

As limitações enfrentadas ao discutir a temática Economia da Felicidade encontram-se na restrita literatura nacional desenvolvida sobre o tema. Como a literatura em língua inglesa é maior que a literatura em português, a consulta em periódicos internacionais foi essencial e indispensável para a realização desta monografia, o que exigiu maior esforço e dispêndio de tempo, por não ser o inglês a língua habitual de leituras. Destaca-se também a dificuldade de acesso a livros internacionais, que na maior parte dos casos não são disponíveis para consulta gratuita e o custo de investimento nos mesmos é elevado.

Deixa-se como sugestão para pesquisas futuras utilizar as propostas e evidências existentes na literatura sobre a felicidade e avaliar a possibilidade desta temática ser estimulada via políticas sociais – como, incentivo à medicina preventiva, prática de exercícios físicos e educação para o consumo – e se tornar um interesse governamental, como a redução da pobreza a níveis nacionais.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970. 976p. Disponível em: <<http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/2011/11/Dicionario-de-Filosofia-Nicola-ABBAGNANO.pdf/>>. Acesso em: setembro de 2017
- ALESINA, A.; DI TELLA, R.; MACCULLOCH, R. Inequality and Happiness: Are Europeans and Americans Different? *Journal of Public Economics*, v. 88, p. 2009-42, 2004.
- ALESINA, A.; La Ferrara, e. Preferences for Redistribution in the Land of Opportunities. *Journal of Public Economics*, v. 89, n. 5-6, p. 897-931, 2005.
- ARAGÃO, A. Política de comunhão, 2002. Disponível em: <<http://www.paulodetarso310.hpg.ig.com.br/artigo1.html>> Acesso em: Janeiro de 2018.
- ARAÚJO, Felipe. Felicidade Interna Bruta (FIB). Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociedade/felicidade-interna-bruta-fib/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Edipro, São Paulo, 2007.
- ARISTÓTELES. Aristotle in twenty-three volumes. Cambridge: Harvard University Press (Loeb Classical Press), 1933, reimpr. 1980. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Aristotle.html?id=2uilmgEACAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: Fevereiro de 2018.
- BARDIN, L. (2004). Análise de conteúdo. 3.ed. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- BECKER, M. S. A relação entre riqueza e felicidade: um estudo sobre o bem-estar econômico e bem-estar subjetivo. Porto Alegre, Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas pela UFRGS, 2009. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/10183/25402>>. Acesso em: Setembro de 2017.
- BENDASSOLLI, P. F. Felicidade e trabalho. *GV executivo*, v. 6, n. 4, p. 57-61, 2007.
- BIANCHI, M., 1998. The active consumer. London : [s. n.].
- BORGES, L. O.; ALVES-FILHO, A.; TAMAYO, A. Motivação e Significado do Trabalho BORRERO, S; ESCOBAR, A. B.; CORTÉS, A. M; MAYA, L. C. Poor and Distressed, but Happy: Situational and Cultural Moderators of the Relationship Between Wealth and Happiness. *Estudios Gerenciales*, v. 29, n. 126, p. 2-11, jan-mar 2013.
- BRIS, Arturo. Felicidade pode substituir o PIB como medida da economia: O PIB foi inventado para medir a prosperidade, mas às vezes ele é uma péssima opção. Pelo que substituí-lo? Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/felicidade-pode-substituir-o-pib-como-medida-da-economia/>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BRUNI, L., 2001. "The histories of Happiness". In curso di pubblicazione

BRUNI, Luigino. Sobre o consumo e a felicidade. Disponível em: <http://www.edc-online.org/en/publications/pdf-documents/ensaios-br/73_sobreconsumoeafelicidade/file.html>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CANTÓ, PABLO. As razões que fizeram da Finlândia o lugar mais feliz do mundo : País nórdico ocupa a primeira posição no Relatório Anual da Felicidade das Nações Unidas. 15 MAR 2018 - 23:19 CET. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/14/internacional/1521026096_399451.html>. Acesso em: 04 maio 2018.

CARTER, T.; GILOVICH, T. The Relative Relativity of Material and Experiential Purchases. *Journal of Personality and Social Psychology*. v. 98, n. 1, p. 146–59, 2010.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 5^o ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CIDADES felizes – Em busca da felicidade urbana. Disponível em: <<http://www.urban-hub.com/pt-br/cities/cidades-felizes-em-busca-da-felicidade-urbana/>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

CLARK. A; OSWALD. A; Unhappiness and Unemployment. *Economic Journal*, v. 104, n. 424, p. 648-59, 1994. "Comparability". In: *Economic Journal*, 107, pp. 1848-1858.

COUTINHO, Miguel Ramos de Castro Pereira. A felicidade no trabalho: implicações no valor da empresa e no indivíduo. 2014. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Gestão.

COSTA, José S. Tomás de Aquino: a razão a serviço da fé. São Paulo: Moderna, 1993

CUNHA, Miguel Pina; REGO, Arménio; LOPES, Miguel Pereira. Comportamento di Padova, (Mimeo).

CUNHA, Tatiana . Os 20 países mais felizes do mundo : Relatório anual da ONU que calcula a felicidade dos países aponta a Finlândia como o lugar com os moradores _e também os imigrantes_ mais contentes da Terra. 14 mar 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/modo-aviao/os-20-paises-mais-felizes-do-mundo/>>. Acesso em: 04 maio 2018.

DI TELLA, R.; MACCULLOCH R, J.; OSWALD, A. J. Preferences over Inflation and Unemployment: Evidence from Surveys of Happiness. *American Economic Review*, p 335-41, 2001.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO on line - <http://www.dicionarioetimologico.com.br> – acesso em 30 de dezembro de 2017.

DIENER, E.; DIENER, M.; DIENER, C. Factors predicting the subjective well being of nations. In: Journal of Personality and Social Psychology, v. 69, p. 851-864, 1995.

Disponível em:

<<http://psycnet.apa.org/index.cfm?fa=fulltext.journal&jcode=psp&vol=69&issue=5&page=851&format=PDF>>. Acesso em: Fevereiro de 2018.

DIENER, E.; SUH, E. M. Culture and subjective wellbeing. Cambridge: MIT, 2000.

Disponível em:

<https://books.google.com.br/books/about/Culture_and_Subjective_Well_being.html?id=1A2siA19hKYC&redir_esc=y>. Acesso em: Fevereiro de 2018.

DIXON, H. D., 1997. "Controversy. Economic and Happiness". Editorial Doria, P. M., 1710. Della vita civile. Torino : [s. n.].

DIXON, H. D. Controversy: economics and happiness. In: Economic Journal, v. 107, p.1812-1814, 1997. Disponível em:

<<http://www.colorado.edu/economics/morey/4999Ethics/Dixon1997.pdf>>. Acesso em: Fevereiro de 2018.

DOUGLAS, M., Isherwood, B., 1984. Il mondo delle cose. Bologna : [s. n.]. Sobre o consumo e a felicidade.

EASTERLIN, R. A. Does economic growth improve the human Lot? Some empirical evidence. In: DAVID, Paul A.; REDER MELVIN, W. R. (Ed.). Nations and households in economic growth: essays in honor of Moses Abramowitz. New York: Academic Press, 1974. Disponível em: < <http://huwdixon.org/teaching/cei/Easterlin1974.pdf>>. Acesso em: maio de 2015

EASTERLIN, R. Explaining Happiness. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 100, p. 1176-83, 2003.

EASTERLIN, R., 2000. Income and Happiness: Towards a Unified Theory. Oxford: Oxford University, (Mimeo).

EFING, Antônio Carlos; SOARES, Alexandre Araújo Cavalcante. Ética do consumo, consumo consciente e felicidade. Disponível em:

<<https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/6657>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

FELICIDADE. [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=zJEY2ae3Mlc>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FISHER, Cynthia D. Happiness at work. International journal of management reviews, v. 12, n. 4, p. 384-412, 2010.

FRAGA, A. Confiança e Competição. [23 de agosto, 2014]. São Paulo: VEJA. Entrevista concedida a Joice Hasselmann.

FRANCO, Celso. A sina da mobilidade urbana. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/artigo/noticias/2018/03/14/a-sina-da-mobilidade-urbana/>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

FRANCO, G. H. B. Índices de Felicidade e desenvolvimento econômico. Portugal: Fundação Calouste Gulberklain. 2012. Disponível em: <<http://www.economia.pucrio.br/gfranco/Economia%20e%20felicidade%20-%20o%20ensaio.pdf>>. Acesso em: Março de 2018.

FRANK, R H. The frame of reference as a public good*. In: The Economic Journal, v. 107, n. 445, p. 1832-1847, 1997.

FRANK, R., 1999. Luxury fever. New York : [s. n.].

FREY, B. S.; STUTZER, A. Should National Happiness Be Maximized? Center for Research in Economics, Management and the Arts Working Paper Series, v. 26, 2007.

FREY, B. Happiness: A Revolution in Economics. Cambridge: The MIT Press, 2008. 240p.

FREY, b.; Stutzer, a. Happiness, Economy and Institutions. Economic Journal, v. 110, n. 446, p. 918-38, 2000.

FREY, B.; STUTZER, A. The Economics of Happiness. World Economics, v. 3, p. 25-41. 2002.

GALIANI, F., 1750. Della moneta. Napoli : [s. n.].

GARDNER, J.; OSWALD, A. Does Money Buy Happiness? A Longitudinal Study Using Data on Windfalls. Disponível em: <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/economics/staff/ajoswald/marchwindfallsgo.pdf> Acesso em: 23/11/2017.

GENOVESI, A., 1963. Autobiografia e lettere. Milano : [s. n.].

GENOVESI, A., 1976. Scritti, a cura di F. Venturi. Torino : [s. n.].

GIANNETTI DA FONSECA, E. O Preço da Felicidade. [27 de novembro, 2006]. São Paulo: Revista da Folha. Entrevista concedida a Sandra Balbi. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/especial/2006/maisdinheiro2/rf2711200608.shtml>. Acesso em: 25/02/2018.

GIANNETTI DA FONSECA, E. Programa de Marina Será Cumprido Quando Conta Fiscal Permitir. [8 de setembro, 2014]. São Paulo: Valor Econômico. Entrevista concedida a Denise Neumann e Catherine Vieira.

GIANNETTI DA FONSECA, E. Felicidade - Diálogos sobre o bem-estar na civilização, São Paulo, Companhia das

Letras,2002.Disponível,em:<<https://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=11589/>> . Acesso em: Outubro de 2017.

GILOVICH, T. Glee from Buying Objects wanes, While Joy of Buying Experiences Keeps Growing. [31 de março, 2010]. Ithaca: Cornell Chronicle. Entrevista concedida a George Lowery. Disponível em: <http://www.news.cornell.edu/stories/2010/03/study-shows-experiences-are-better-possessions>. Acesso em: 06/01/2018

GOODHART, C. Problems of Monetary Management: The UK Experience. In: Papers in Monetary Economics, v. 1, Reserve Bank of Australia, 1975.
GRAJEW, Oded . FELICIDADE E SUSTENTABILIDADE. Disponível em: <<https://www.akimneto.com.br/index.php/artigos/detalhes/felicidade-e-sustentabilidade/146>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

GRAHAM, C. The economics of happiness. In: World Economics, v. 6, n.3, p. 41-55, 2005. Disponível em:<<http://www.brookings.edu/~media/research/files/articles/2005/9/globaleconomic%20graham/200509.pdf> >. Acesso em: Março de 2018.

GUI, B., 2001. Economic interactions as encounters. Padova : Università.
Helliwell, j.; Huang, h. How's Your Government? International Evidence Linking Good Government and Well-Being. British Journal of Political Science, v. 38, p. 595-619, 2007.

HELLIWELL, J.; LAYARD, R.; SACHS, J. (Org.). The World Happiness Report 2013. Nova York: The Earth Institute, 2013. 156p.

HELOÍSE, Camila. O consumismo e a busca pela felicidade. Disponível em: <<http://revistaicone.com/v1/o-consumismo-e-a-busca-pela-felicidade/>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

IRWIN, A. The Realism of Expectations. Psychological Review, v. 51, p. 120-26, mar 1944.

KAHNEMAN, D. What scientific concept would improve everybody's cognitive toolkit? 2011. Edge. Disponível em: <http://edge.org/responses/what-scientific-concept-would-improve-everybodys-cognitive-toolkit>. Acesso em 21/10/2017.

KAHNEMAN, D. Thinking, Fast and Slow. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2011. 499p.

KAHNEMAN, D.; KRUEGER, A.; SCHKADE, D.; SCHWARZ, N.; STONE, A. A Survey Method for Characterizing Daily Life Experience: The Day Reconstruction Method. Science, v. 306, p. 1776–80, 2004.

KIM-PRIETO, C. et al. Integrating the diverse definitions of happiness: A time-sequential framework of subjective well-being. Journal of happiness Studies, v. 6, n. 3, p. 261-300,2005.

KOSLOWSKY, M.; KLUGER, A.; REICH, M. *Commuting Stress: Causes, Effects, and Methods of Coping*. Nova York: Plenum Press, 1995.

LANE, R., 2000. *The loss of Happiness in the market democracies*. Yale

LANKSHEA R, C., KNOBEL, M. *Pesquisa Pedagógica: do projeto à implementação*. Porto Alegre: Artemed, 2008.

LARA RESENDE, A. 'É preciso crescer com qualidade de vida', diz Lara Resende. [8 de março, 2014]. São Paulo: O Estado de São Paulo. Entrevista concedida a Alexa Salomão e Ricardo Grinbaum. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,e-preciso-crescer-com-qualidade-de-vida-diz-lara-resende,179169e>. Acesso em: 21/12/2017.

LARA RESENDE, A. *Além da Conjuntura*. Valor Econômico, São Paulo, 21 dez. 2017.

LORIA, A., 1904. *Verso la giustizia sociale*. Milano : [s. n.].

LYUBOMIRSKY, S. Hedonic Adaptation to Positive and Negative Experiences. In: FOLKMAN, S. (Org.). *The Oxford Handbook of Stress, Health, and Coping*. Nova York: Oxford University Press, 2010. p. 200-24.

MALTHUS, T. R., 1798. *Saggio sul principio di popolazione*. ed. italiana

MARKS, G.; FLEMING, N. Influences and Consequences of Well-Being Among Australian Young People: 1980-1995. *Social Indicators Research*, v. 46, n. 3, p. 301-23, 1999.

Maximizing Your Psychological Capital for Success." West Sussex, UK: Wiley Blackwell, 241 pp. ISBN: 978-0-470-68942-4. *Journal of Workplace Behavioral Health*, v. 26, n. 3, p.271-273, 2011.

MICHELS, R., 1918. *Economia e felicità*. Milano : [s. n.].

MIQUILUCHI, J.; GONÇALVES, M. G. C. Estudo exploratório acerca da subjetividade na mensuração do sentimento de felicidade no trabalho: a visão de funcionários de uma agência bancária do interior do estado de São Paulo. *UNIVERSITAS*, n. 8, 2013.

NERY, Pedro Fernando. O que é economia da felicidade e como ela pode ser aplicada às políticas públicas? Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2014/10/13/o-que-e-economia-da-felicidade-e-como-ela-pode-ser-aplicada-as-politicas-publicas/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

NETTO, J. H. C. D. *Bem-estar Subjetivo: Uma Abordagem Intergeracional Pelo Método De Pseudopainel*. Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <www.anpec.org.br/.../i12-7cdb8e09b25663206795eed3bc9db964.docx >. Acesso em: Janeiro de 2018.

NEVES, João César das. EMPREGO E FELICIDADE. Disponível em: <<http://www.rhonline.pt/artigos/sst/2016/08/29/emprego-e-felicidade/>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

NIZA, C. F. Economia da felicidade e política social: contributos da ciência comportamental para orientação da ação pública com vista ao desenvolvimento humano. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. 2007. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1419/>> Acesso em: setembro de 2017.

NG, Y. K., 1997. "A Case for Happiness, Cardinalism, and Interpersonal note". In: *Economic Journal*, 107, pp. 1812-1814.

NG, Yew-Kwang. A Case for Happiness, Cardinalism, and Interpersonal Comparability. In: *The Economic Journal*, v. 107, n. 445, p. 1848-1858, nov. 1997. Disponível em: <<http://www.colorado.edu/economics/morey/4999Ethics/Ng1997.pdf>>. Acesso em: Dezembro de 2017.

NUCCIO, O., 1995. La civiltà italiana nella formazione della scienza economica. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Resolução 63/309: Happiness: Towards a Holistic Approach to Development. 19 jul. 2011.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Guidelines on Measuring Subjective Well-being. Paris: OCDE, 2013. organizacional positivo. *Análise Psicológica*, v. 31, n. 4, p. 313-328, 2013. Oswald, A. J., 1997. "Happiness and economic performance". In: *Economic Journal*, 107, pp. 1815-1831.

OSWALD, A J. Happiness and economic performance*. In: *The Economic Journal*, v. 107, n. 445 p. 1815-1831, 1997. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0297.1997.tb00085.x/pdf>>. Acesso em: Março de 2018.

PASTORE, J. Riqueza e felicidade, 2001. Disponível em: <<http://www.josepastore.com.br/artigos/cotidiano/089.htm>> Acesso em: Outubro de 2017.

PEZZA, Célio. Felicidade Interna Bruta (FIB) versus PIB. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaoforum/felicidade-interna-bruta-fib-versus-pib/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

PHELPS, C., 2001. "A Clue to the Paradox of Happiness". In: *Journal of Economic Behavior and Organization*, 45, pp. 293-300.

PREVIDELLI, Amanda . O que torna a Dinamarca o país mais feliz do mundo: Confiança nas pessoas e nas instituições do país pode explicar elevado índice de satisfação e felicidade, de acordo com especialista dinamarquês. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/o-que-torna-a-dinamarca-o-pais-mais-feliz-do-mundo/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

REGO, A.; PINA E CUNHA, M. Do the opportunities for learning and personal development lead to happiness? It depends on work-family conciliation. *Journal of Occupational Health Psychology*, v. 14, n. 3, p. 334, 2009.

REGO, Arménio; E CUNHA, Miguel Pina. They need to be different, they feel happier in authentizotic climates. *Journal of Happiness Studies*, v. 13, n. 4, p. 701-727, 2012.

REIS, Lúcia Gaspar. Bem-estar, felicidade e estatuto de emprego. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/7837>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

ROLIM, LUCIANO. O consumismo e o “argumento da felicidade”. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-consumismo/>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

SANTANA, Sumaia. Felicidade na família: como conquistar? Disponível em: <<https://www.eusemfronteiras.com.br/felicidade-na-familia-como-conquistar/>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

SCHUMPETER, J. A., 1994. *History of economic analysis*. Pr. ed. 1954. London : [s. n.].

SELIGMAN, M. *Florecer: uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem estar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SELIGMAN, M.; CSIKSZENTMIHALYI, M. Positive Psychology: An Introduction. *American Psychologist*. v. 55, p. 5-14, 2000.

SEN, A. *A ideia de justiça*. Biblioteca Nacional de Portugal, 1933.

SIQUEIRA, M. M. M. (org). *Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SISMONDI, S., 1974. *Nuovi principi di economia politica*. Pr. ed. 1819. Milano : [s. n.].

SHIKIDA, P. F. A. “A gente não quer só dinheiro... a gente quer dinheiro e felicidade”: notas e reflexões no contexto da ciência econômica. In: *Revista Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, 2009. Disponível em: <<http://erevista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/3150/2485>>. Acesso em: Janeiro de 2018.

SMITH, Adam., 1984. *The Theory of moral sentiments*. Pr. ed. 1759. London: [s. n.].

SMITH, Adam. *A Teoria dos Sentimentos Morais*. 2ª. ed. [S.l.]: WMF Martins Fontes, 2015. 462 p.

SMITH, Adam. *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. 1. ed. [S.l.]: WMF MARTINS FONTES, 2003. 650 p.

SNYDER, C. R.; LOPEZ, S. J. *Psicologia Positiva: uma abordagem científica e prática das qualidades humanas*. Porto Alegre: Artemed, 2009.

STRATHEER, Paul. *Aristóteles em 90 minutos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

TARANOWSKI, Chester J. A Review of: "Pryce-Jones, J.(2010). *Happiness at Work*, van Herwaarden, f.; Kapteyn, A; van Praag, B. *Twelve Thousand Individual Welfare Functions: A Comparison of Six Samples in Belgium and the Netherlands*. *European Economic Review* v.9, n. 3, p. 283-300, 1977.

VAN PRAAG, B.; van der Sar, N. *Household Cost Functions and Equivalence Scales*. *Journal of Human Resources*, 23, n. 1: 23-49. 1988

VASS, Z. *A Psychological Interpretation of Drawings and Paintings. The SSCA Method: A Systems Analysis Approach*. Cincinnati: Alexandra Publishing, 2012. 927p.

VEBLEN, T., 1899. *The theory of the leisure class*. New York : [s. n.].

VEENHOVEN , R. *Questions on happiness: Classical topics, modern answers, blind spots*. In: F. Strack, M. Argyle, & N. Schwarz (Eds.), *Subjective well-being: An interdisciplinary perspective*, p. 7-26. Oxford, England: Pergamon Press, 1991. Disponível em: < repub.eur.nl/pub/16149/91c-full.pdf >. Acesso em: Setembro de 2017.

VERR, P., 1963. *Discorso sulla felicità*. Pr. ed. 1763. Milano [s. n.].

VICO, G. B., 1744. *Principii di Scienza Nuova*. Pr. ed. 1725. Napoli : [s. n.].

WELCH, J. *Paixão por Vencer: Winning – a Bíblia do Sucesso*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005– 8ª edição.

WILSON, T.; GILBERT, D. *Affective Forecasting*. *Advances in Experimental Social Psychology*, v. 35, p. 345–411, 2003.

WINKELMANN, L.; WINKELMANN, R. *Why Are the Unemployed So Unhappy? Evidence from Panel Data*. *Economica*, v. 65, n. 257, p. 1-15, 1998.